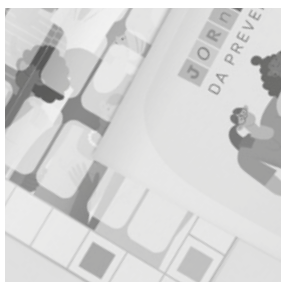
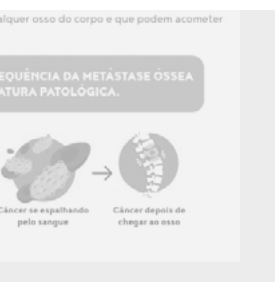


MINISTÉRIO DA SAÚDE
Instituto Nacional de Câncer

Diretrizes para Elaboração de Produtos Técnico-tecnológicos

do Programa de Pós-graduação em
Saúde Coletiva e Controle do Câncer
(PPGCan)



DISTRIBUIÇÃO
VENDA PROIBIDA
GRATUITA

MINISTÉRIO DA SAÚDE
Instituto Nacional de Câncer

Diretrizes para Elaboração de Produtos Técnico-tecnológicos

do Programa de Pós-graduação em
Saúde Coletiva e Controle do Câncer
(PPGCan)



Rio de Janeiro, RJ
INCA
2025

2025 Instituto Nacional de Câncer/Ministério da Saúde.



Esta obra é disponibilizada nos termos da Licença Creative Commons – Atribuição – Não Comercial – Compartilha igual 4.0 Internacional. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte. Esta obra pode ser acessada, na íntegra, na Biblioteca Virtual em Saúde Prevenção e Controle de Câncer (<http://controlecancer.bvs.br/>) e no Portal do INCA (<http://www.inca.gov.br>).

Tiragem: eletrônica

ELABORAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E INFORMAÇÕES

MINISTÉRIO DA SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER (INCA)
Coordenação de Ensino
Divisão de Ensino Stricto Sensu
Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva e
Controle do Câncer (PPGCan)
Rua Marquês de Pombal, 125, Centro
Rio de Janeiro – RJ
CEP 20230-240
Tel.: (21) 3207-6138/6034/6037
E-mail: ppgcan@inca.gov.br
www.inca.gov.br

Organizadores

Mario Jorge Sobreira da Silva
Livia Costa de Oliveira

Elaboradores

Andréa Tubbs Costa
Livia Costa de Oliveira
Mariana Fernandes Teles
Mario Jorge Sobreira da Silva
Nélia Beatriz Caiafa Ribeiro
Rafael Tavares Jomar

Colaboradora

Fabíola Vieira Pinto

EDIÇÃO

COORDENAÇÃO DE ENSINO
Serviço de Educação e Informação Técnico-científica
Área de Edição e Produção de Materiais Técnico-
-científicos
Rua Marquês de Pombal, 125, Centro
Rio de Janeiro – RJ
CEP 20230-240
Tel.: (21) 3207-5500

Edição e produção editorial

Christine Dieguez

Copidesque

Rita Rangel de S. Machado

Revisão

Débora de Castro Barros

Capa, projeto gráfico e diagramação

Mariana Fernandes Teles

Normalização bibliográfica e ficha catalográfica

Mariana Acorse (CRB 7/6775)

I59d Instituto Nacional de Câncer (Brasil)

Diretrizes para Elaboração de Produtos Técnico-tecnológicos do
Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva e Controle do Câncer
(PPGCan) / Instituto Nacional de Câncer. – Rio de Janeiro : INCA, 2025.

67p.

ISBN 978-65-88517-61-1 (versão eletrônica)

1. Materiais Didáticos. 2. Saúde Coletiva. 3. Oncologia. I. Título.

CDD 371.3

Catálogo na fonte – Serviço de Educação e Informação Técnico-científica

Títulos para indexação

Em inglês: Guidelines for the Development of Technical-Technological Products of the Graduate Program in Public Health and Cancer Control (PPGCan)

Em espanhol: Directrices para la Elaboración de Productos Técnico-Tecnológicos del Programa de Posgrado en Salud Colectiva y Control del Cáncer (PPGCan)

APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta as diretrizes para elaboração dos produtos técnico-tecnológicos (PTT) do Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva e Controle do Câncer (PPGCan) do Instituto Nacional de Câncer (INCA). Tem como objetivo padronizar os PTT elaborados pelos discentes e auxiliar os docentes no processo de orientação.

A diretriz estabelece de forma clara as definições, as etapas de elaboração, os subtipos, as características e os elementos gerais de redação de cada produto, além de apresentar a estrutura dos documentos que deverão ser entregues para a secretaria acadêmica do PPGCan. É informada também a existência de instâncias no INCA responsáveis pela apreciação do PTT, com indicação dos seus fluxos, e são fornecidas orientações para cadastramento do PTT nas plataformas Sucupira e Lattes.

O documento foi elaborado por um grupo de trabalho que realizou ampla revisão da literatura científica sobre cada um dos PTT aceitos na área da saúde coletiva e, conseqüentemente, no âmbito do PPGCan. Após a sua elaboração, o material produzido foi homologado pela Comissão do PPGCan.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	5
LISTA DE SIGLAS.....	7
INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO 1: PRODUTO BIBLIOGRÁFICO.....	9
CAPÍTULO 2: PATENTE.....	13
CAPÍTULO 3: TECNOLOGIA SOCIAL.....	19
CAPÍTULO 4: CURSOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....	23
CAPÍTULO 5: PRODUTO DE EDITORAÇÃO.....	27
CAPÍTULO 6: MATERIAL DIDÁTICO.....	33
CAPÍTULO 7: SOFTWARE OU APLICATIVO (PROGRAMA DE COMPUTADOR).....	42
CAPÍTULO 8: RELATÓRIO TÉCNICO CONCLUSIVO.....	45
CAPÍTULO 9: MANUAL OU PROTOCOLO.....	48
CAPÍTULO 10: PRODUTO DE COMUNICAÇÃO.....	53
CAPÍTULO 11: PROCESSO OU TECNOLOGIA E PRODUTO OU MATERIAL NÃO PATENTEÁVEIS.....	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1. Etapas de elaboração de artigo publicado em revista técnica	9
Figura 2. Etapas de elaboração da resenha crítica	10
Figura 3. Estrutura do produto bibliográfico	11
Figura 4. Estrutura da patente	16
Figura 5. Etapas de elaboração de projeto de tecnologia social	19
Figura 6. Estrutura do relatório da tecnologia social	21
Figura 7. Etapas de elaboração de um curso de formação profissional	23
Figura 8. Estrutura de planejamento de curso para formação profissional	25
Figura 9. Etapas da produção editorial	29
Figura 10. Material didático quanto ao suporte e uso das mídias	33
Figura 11. Etapas de elaboração de um material didático	37
Figura 12. Estrutura do material didático	39
Figura 13. Etapas de elaboração de software ou aplicativo	42
Figura 14. Estrutura de elaboração de software ou aplicativo	43
Figura 15. Etapas de elaboração de um relatório técnico conclusivo	45
Figura 16. Estrutura do relatório técnico conclusivo	46
Figura 17. Etapas para elaboração de manuais e protocolos	48
Figura 18. Estrutura do manual ou protocolo	50
Figura 19. Etapas de elaboração do produto de comunicação	54
Figura 20. Estrutura do relatório do produto de comunicação	56
Figura 21. Estrutura do relatório de processo ou tecnologia e produto ou material não patenteáveis	63

QUADROS

Quadro 1. Estrutura do produto bibliográfico	12
Quadro 2. Estrutura da patente	17
Quadro 3. Resumo de tecnologia social	22
Quadro 4. Elementos da redação do curso para formação profissional	24

Quadro 5. Resumo do curso de formação profissional.....	26
Quadro 6. Resumo dos produtos de editoração	31
Quadro 7. Exemplos práticos de materiais didáticos	37
Quadro 8. Resumo do material didático	40
Quadro 9. Resumo de software ou aplicativo.....	44
Quadro 10. Resumo de relatório técnico conclusivo	47
Quadro 11. Resumo do manual ou protocolo	51
Quadro 12. Resumo do produto de comunicação	57
Quadro 13. Resumo do processo ou tecnologia e produto ou material não patenteáveis	63

LISTA DE SIGLAS

ABNT — Associação Brasileira de Normas Técnicas

AGI — Agência de Inovação

Capes — Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEP — Comitê de Ética em Pesquisa

Inpi — Instituto Nacional da Propriedade Industrial

ILF — Índice de Legibilidade de Flesch

ISBN — *International Standard Book Number* (Número Padrão Internacional de Livro)

PPGCan — Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva e Controle do Câncer

PTT — Produto técnico-tecnológico

Secomso — Serviço de Comunicação Social

INTRODUÇÃO

Um dos requisitos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) para a conclusão de um mestrado profissional é a elaboração de um produto técnico-tecnológico (PTT).

Entre as 23 possibilidades de PTT definidas pela Capes, a comissão do Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva e Controle do Câncer (PPGCan) selecionou 11 a serem aceitas, entre as consideradas relevantes para a avaliação na área de saúde coletiva. São PTT aceitos no PPGCan: produto bibliográfico, patente, tecnologia social, curso de formação profissional, produto de editoração, material didático, software ou aplicativo (programa de computador), relatório técnico conclusivo, manual ou protocolo, produto de comunicação, processo ou tecnologia e produto ou material não patenteável.

Nessa perspectiva, essa diretriz foi organizada em capítulos que apresentam os tipos e subtipos de PTT que são aceitos no PPGCan.

Objetivo

Nortear e sistematizar os fluxos para a elaboração dos PTT desenvolvidos no âmbito do PPGCan.

Público-alvo

Discentes e docentes credenciados no PPGCan.

CAPÍTULO 1: PRODUTO BIBLIOGRÁFICO

Artigo publicado em revista técnica

DEFINIÇÃO

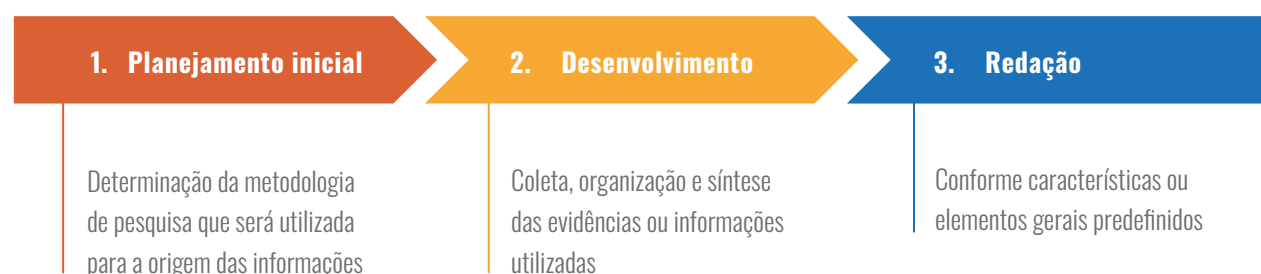
De acordo com a Capes, trata-se de publicação em:

Revistas voltadas para campos específicos do conhecimento, geralmente relacionadas com o conhecimento tecnológico, mas que apresentam como foco o mercado, diferenciando assim das revistas científicas, as quais buscam divulgar o progresso científico (Brasil, 2019, p. 26).

ETAPAS DE ELABORAÇÃO

As etapas de elaboração de um artigo publicado em revista técnica estão descritas na Figura 1.

Figura 1. Etapas de elaboração de artigo publicado em revista técnica



Fonte: elaboração do INCA.

CARACTERÍSTICAS DA REDAÇÃO

Um artigo publicado em revista técnica deve relacionar o desenvolvimento da ciência ao setor produtivo, o que permite ao autor expressar seu posicionamento diante do tema tratado por meio de argumentos convincentes. Tem por objetivo transmitir o conhecimento científico produzido pelo autor no PPGCan de forma clara e persuasiva, sem utilizar linguagem excessivamente técnica.

Embora obedeça a regras estabelecidas pela própria revista, em geral, tem uma estrutura composta por título, introdução (início), desenvolvimento (meio) e conclusão (fim). Um bom artigo de revista técnica apresenta uma introdução atraente; um desenvolvimento explicativo e argumentativo sobre os resultados da pesquisa inovadora desenvolvida pelo autor no PPGCan; e uma conclusão baseada nas consistentes informações expostas anteriormente. Exige, portanto, um encerramento claro e objetivo, descomplicado, sem margem para dúvidas.

CONSIDERAÇÕES

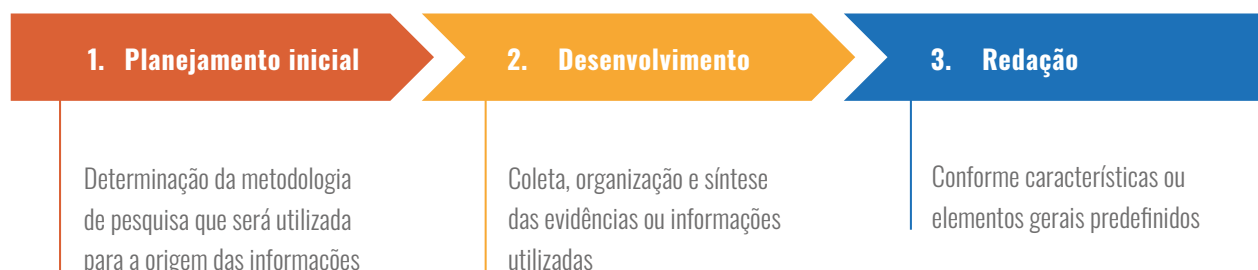
Como depende dos responsáveis pela diagramação e da aprovação da equipe editorial, a estrutura do artigo publicado em revista técnica será sempre original, única. Por isso, a imagem de cada página contendo o artigo publicado deverá ser incluída na dissertação. Excepcionalmente, será aceito o artigo aprovado para publicação seguido das imagens da carta de aprovação enviada pela equipe editorial. Em suma, esse tipo de PTT somente será aprovado pelo PPGCan se estiver publicado ou aceito para publicação na data da defesa da dissertação.

Resenha crítica

DEFINIÇÃO

Publicação em periódico científico que descreve uma obra, geralmente um livro recentemente publicado, por meio de uma análise informativa e crítica do seu conteúdo e da formulação de um conceito de valor a respeito dele. Por se tratar de uma análise interpretativa, depende da capacidade de relacionar os elementos da obra sob exame a outros textos, autores e ideias sobre o mesmo tema (Brasil, 2019). As etapas de elaboração de uma resenha crítica estão descritas na Figura 2.

Figura 2. Etapas de elaboração da resenha crítica



Fonte: elaboração do INCA.

CARACTERÍSTICAS DA RESENHA CRÍTICA

A resenha crítica é um gênero textual próprio que faz comentários acerca de uma obra a fim de fornecer embasamento para que o leitor se sinta convencido em conhecê-la ou não. Logo, deve relacionar o conteúdo da obra às circunstâncias envolvidas na produção do conhecimento científico desenvolvido no PPGCan.

Embora obedeça a regras estabelecidas pelo próprio periódico, em geral, tem uma estrutura composta por título, introdução (início), desenvolvimento (meio), conclusão (fim) e referências bibliográficas. Uma boa resenha crítica apresenta uma introdução que situa a obra no seu campo de saber; um desenvolvimento que não se restringe à apresentação do seu conteúdo, mas explora seus principais conceitos e ideias minuciosamente; e uma conclusão que aponta seus limites e contribuições para a área de conhecimento a que pertence.

CONSIDERAÇÕES

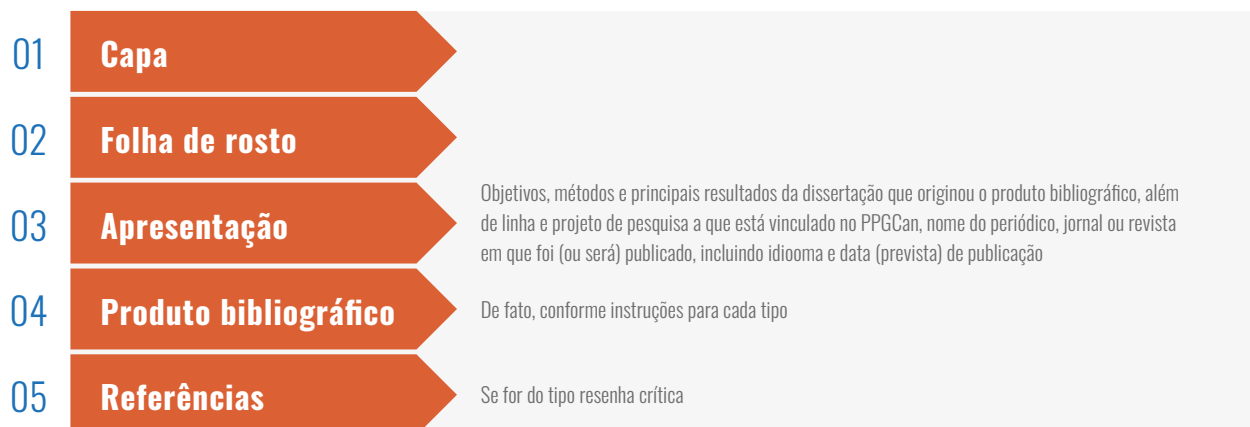
A imagem de cada página contendo a resenha crítica publicada deverá ser incluída na dissertação. Excepcionalmente, será aceita a resenha crítica aprovada para publicação seguida das imagens da carta de aprovação enviada pela equipe editorial. Em suma, esse tipo de PTT somente será aprovado pelo PPGCan se estiver publicado ou aceito para publicação na data da defesa da dissertação.

Estrutura

Sendo o PTT um dos produtos bibliográficos apresentados neste capítulo, ele deve ser entregue separadamente à secretaria do PPGCan, obedecendo às mesmas normas de formatação da dissertação no ano da defesa e contendo, mínima e obrigatoriamente, os seguintes tópicos (Figura 3), conforme modelo:

- **Capa e folha de rosto** — obrigatórias.
- **Apresentação** — obrigatória. Deve conter informações gerais sobre o que vai ser relatado e a quem se destina. É necessário também informar que o relatório é produto do mestrado do discente. Além disso, deve trazer informações obrigatórias exigidas pela Capes.
- **Produto bibliográfico** — obrigatório.
- **Referências** — obrigatórias em caso de resenha crítica.

Figura 3. Estrutura do produto bibliográfico



Fonte: elaboração do INCA.

Localização na dissertação

O produto bibliográfico é parte da dissertação e, por essa razão, pode compor a seção de resultados ou o apêndice. Se apresentado nos resultados, os elementos relacionados no primeiro parágrafo deste capítulo podem ser suprimidos da dissertação apresentada aos membros da banca examinadora, mas deverão estar presentes na versão final entregue à secretaria do PPGCan após a defesa. Como apêndice, deve ser apresentado com todos os elementos relacionados no referido parágrafo.

Quadro 1. Estrutura do produto bibliográfico

QUADRO-RESUMO: PRODUTO BIBLIOGRÁFICO	
Cadastro Sucupira	Tipo 1. Produto bibliográfico Subtipo 1: Artigo publicado em revista técnica Subtipo 3: Resenha ou crítica
Documentos Sucupira	Subtipo 1: Artigo publicado Subtipo 3: Resenha ou crítica publicada
Currículo Lattes	Subtipo 1: cadastre em: produções – produção bibliográfica – texto em jornal ou revista (magazine) Subtipo 3: se a resenha foi publicada em periódico científico, cadastre em: produções – produção bibliográfica – artigos completos publicados em periódicos. Nesse caso, utilize, como nome do artigo, o padrão Resenha de [Referência da obra resenhada]. Se a resenha não foi publicada em periódico científico, cadastre em: produções – produção bibliográfica – outra produção bibliográfica, utilizando o mesmo nome-padrão sugerido anteriormente

Fonte: elaboração do INCA.

Referência

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Produção Técnica:** grupo de trabalho. Brasília, DF: CAPES, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-producao-tecnica-pdf>. Acesso em: 19 mar. 2025.

CAPÍTULO 2: PATENTE

Definição

Segundo a Capes:

Patente é um título de propriedade temporária sobre uma invenção ou modelo de utilidade, outorgado pelo Estado aos inventores ou autores ou outras pessoas físicas ou jurídicas detentoras de direitos sobre a criação. Com este direito, o inventor ou o detentor da patente tem o direito de impedir terceiros de produzir, usar, colocar à venda, vender ou importar produto objeto de sua patente e/ou processo ou produto obtido diretamente por processo por ele patenteado. Em contrapartida, o inventor se obriga a revelar detalhadamente todo o conteúdo técnico da matéria protegida pela patente (Brasil, 2019, p. 28).

TIPOS DE PATENTES

São exemplos dos tipos de patentes aceitos pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi) (Instituto Nacional da Propriedade Industrial, 2021):

- **Patente de invenção** — trata-se de uma solução inovadora para a resolução de um desafio técnico em uma área tecnológica específica. Surge da habilidade criativa humana e é passível de produção. Pode abranger produtos industriais e também processos e métodos utilizados em atividades industriais. Esse tipo de patente assegura proteção às inovações de natureza técnica.
- **Patente de modelo de utilidade** — é um produto ou parte dele que possui utilidade prática. É passível de ser utilizado em ambiente industrial, uma vez que apresenta uma nova configuração ou arranjo envolvendo um ato criativo que promove avanços em sua funcionalidade, seja em seu uso, seja em sua produção. Esse produto deve ter potencial para aplicação industrial e ser tridimensional, podendo ser simples (sem componentes, peças ou partes) ou complexos (que possibilita montagem, desmontagem ou composição, e constituído por partes com ou sem interconexões).
- **Certificado de adição** — são melhorias ou inovações incorporadas ao produto da invenção. São admissíveis desde que pertençam ao mesmo conceito criativo, mesmo que não apresentem atividade inventiva.

TIPOS DE CRIAÇÕES NÃO PATENTEÁVEIS

Existem também criações que não são patenteáveis, segundo o Inpi (2021):

- Qualquer invenção que vá contra a ética, os costumes aceitáveis, a segurança, a ordem pública, as questões sobre a modificação do núcleo atômico e dos seres vivos, exceto micro-organismos geneticamente modificados.
- Outros ativos de propriedade intelectual, tais como: marcas, desenho industrial, software, indicação geográfica.
- Conceitos abstratos e criações que não podem ser fabricadas em larga escala.

Algumas dessas invenções, porém, podem receber proteção pela lei de direitos autorais. Mais informações sobre processo ou tecnologia e produto ou material não patenteáveis estão descritas no Capítulo 11 desta publicação.

Procedimentos para análise de depósito de um pedido de patente

No INCA, a instância responsável por analisar se um produto é ou não patenteável é a Agência de Inovação (AGI). Para ser patenteável, uma tecnologia ou produto precisam ser inovadores, apresentar atividade inventiva e ser aplicados industrialmente. Caso o produto atenda a essas características, a AGI vai realizar, junto com os autores da invenção, uma apresentação para o Comitê de Governança da instituição, que decidirá pelo interesse em realizar o depósito do pedido de patente do produto desenvolvido no âmbito do PPGCan.

Nos casos de manifestação positiva de interesse institucional em realizar o depósito de patente do produto desenvolvido, a AGI vai auxiliar os autores em todas as etapas necessárias para o depósito de patente junto ao Inpi. A solicitação de apreciação da AGI para análise do potencial pedido de patente de um produto desenvolvido no âmbito do PPGCan deverá ser realizada logo após a etapa de qualificação do projeto.

Etapas de elaboração

A elaboração de um produto patenteável envolve, dependendo de sua natureza, distintos elementos e etapas. É de suma importância que todos os detalhes técnicos da invenção estejam descritos. Uma busca de antecedentes relacionados ao objeto de interesse é fundamental. Logo, a fundamentação teórica e metodológica para o desenvolvimento da invenção deve estar claramente apresentada. O documento elaborado pelos autores do produto patenteável deve conter: relatório descritivo, reivindicações, desenhos e resumos.

O **relatório descritivo** deve apresentar de forma clara e suficiente: a situação do problema existente, considerando o estado da arte; a solução inovadora proposta, especificando a sua aplicação; as evidências dos resultados alcançados com o uso da inovação; os benefícios do uso do produto em comparação a outros já disponíveis. É fundamental que a descrição realizada permita a reprodutibilidade da invenção por um especialista na área. Os autores devem padronizar a terminologia utilizada no texto, evitando possíveis confusões. Formas de implementação da invenção ou modelo devem estar descritas. Todos os materiais utilizados, a maneira de utilização ou qualquer outro aspecto relevante devem estar relatados.

O relatório deve ser iniciado pelo título, que define o escopo técnico da invenção. Na sequência, deve apresentar a invenção ou o conjunto de invenções inter-relacionadas, desde que constituam o mesmo conceito inventivo. Após, devem-se apresentar a finalidade, a aplicação e a área de utilização do produto. Em seguida, deve-se sistematizar uma análise comparada do produto a ser patenteadado com outros já existentes, descrevendo suas vantagens e as soluções aos problemas identificados. Os desenhos representativos do produto devem ser apresentados com numeração sequencial e descrição de seus significados. Por fim, deve ser descrito o objeto do pedido de patente.

A redação das **reivindicações** deve ser fundamentada no relatório descritivo. Elas definem e delimitam os direitos dos autores do pedido da patente. Recomenda-se que sejam acompanhadas da expressão “caracterizado por”. Ou seja, devem deixar claro o que se deseja proteger com base nas especificações técnicas. As reivindicações precisam ser redigidas de maneira positiva, sem inclusão de vantagens ou métodos de utilização. Além disso, devem ser formuladas em um texto contínuo, sem uso de parágrafos.

Nos casos de produtos de patentes que envolvam uma listagem de sequências de nucleotídeos e/ou de aminoácidos, os autores deverão preparar um documento complementar ao relatório descritivo contendo essas informações, seguindo as diretrizes estabelecidas na Resolução n.º 81/2013 do Inpi ou suas atualizações.

Os **desenhos, diagramas ou fórmulas químicas** devem ser concisos e apresentados de maneira clara. Devem ser em número suficiente para a total compreensão do produto patenteável. Sua numeração deve ser sequencial. Não podem conter textos, com exceção de termos indicativos necessários e palavras-chave. Cada parte do desenho deve conter referências numéricas, que precisam estar explicadas no relatório descritivo.

Ao final, deve constar um breve **resumo** da abrangência da patente, contendo entre 50 e 200 palavras, englobando as especificidades técnicas, a resposta ao problema apresentado e suas principais aplicações.

Características e elementos gerais da redação do produto

O relatório do produto patenteável poderá apresentar:

- **Protótipo ou piloto que foi desenvolvido** — envolve a descrição das etapas até a obtenção da versão inicial ou preliminar do produtor inovador que foi elaborado.
- **Teste** — envolve a descrição das etapas até a realização da validação e testes do produto inovador elaborado, assim como dos resultados obtidos.
- **Produto finalizado ou implantado** — envolve a descrição de todas as etapas do produto inovador elaborado.

Independentemente do estágio de desenvolvimento, o relatório deverá ser escrito com base no rigor científico e metodológico, necessário aos textos acadêmicos:

- Redação do texto com expressão objetiva e linguagem acurada em relação à gramática, ao estilo, à coesão e à clareza.
- Formatação conforme as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) quanto à elaboração, à estruturação, à documentação, às citações, às referências e à apresentação.
- Coerência interna do texto, sobretudo no que se refere ao conteúdo, aos conceitos e à linguagem.
- Recomenda-se que o relatório seja revisado por um especialista em sua versão final a ser entregue ou divulgada.

Estrutura

Sendo a patente o PTT da dissertação, ela deve ser entregue separadamente à Secretaria do PPGCan, obedecendo às mesmas normas de formatação da dissertação no ano da defesa e contendo, mínima e obrigatoriamente, os seguintes tópicos (Figura 4), conforme modelo:

- **Capa e folha de rosto** — elementos obrigatórios.
- **Apresentação** — elemento obrigatório. Contém informações gerais sobre o que vai ser relatado e informações obrigatórias exigidas pela Capes. É fundamental que se informem, entre outros itens: modalidade do produto patenteável; dados do processo de solicitação de registro de patente; informação de avaliação da AGI; informação sobre licenciamento; informação se é uma patente já depositada, concedida ou licenciada, ou se é um produto patenteável sob sigilo.
- **Conteúdo** — elemento obrigatório, contendo relatório descritivo, reivindicações, desenhos e resumo.
- **Referências** — elemento obrigatório.
- **Apêndice e anexos** — elementos obrigatórios, incluindo: declaração emitida pela organização cliente; declaração emitida pela AGI; contrato de licenciamento; documento da patente.

Figura 4. Estrutura da patente



Fonte: elaboração do INCA.

Localização da patente na dissertação

A patente, enquanto PTT, é parte da dissertação, devendo ser inserida na seção de resultados ou como apêndice.

Considerações importantes

A Lei n.º 9.279, de 14 de maio de 1996 (Lei da Propriedade Industrial — LPI), regulamenta os direitos e deveres referentes à propriedade industrial e define o processo de concessão de patentes, levando em consideração o interesse social, bem como o progresso tecnológico e econômico do país (Brasil, 1996).

O texto completo do pedido de patente é divulgado 18 meses após seu registro. Isso proporciona à sociedade acesso livre ao conhecimento relacionado ao objeto da patente. Ademais, potenciais concorrentes do inventor têm a oportunidade de basear suas pesquisas nesse conhecimento, o que promove o avanço tecnológico (Instituto Nacional da Propriedade Industrial, 2010, 2023).

Uma patente de invenção é válida por um período de 20 anos a partir da data de registro ou pelo menos dez anos a partir da sua emissão. Por outro lado, a patente para modelo de utilidade é válida por 15 anos a partir da data de registro ou no mínimo sete anos após sua concessão. Essa duração mínima tem o objetivo de compensar eventuais atrasos que possam ocorrer na análise do pedido de patente.

Ao término do período de validade da patente, a invenção passa a ser de domínio público, permitindo que qualquer pessoa possa utilizá-la, sem restrições. A proteção conferida pela patente é válida somente no território onde foi concedida, porém existem tratados internacionais firmados pelo Brasil que facilitam a solicitação de proteção em outros países.

Quadro 2. Estrutura da patente

QUADRO-RESUMO: PATENTE	
Instância do INCA responsável pela avaliação da proposta	AGI
Cadastro Sucupira	Patentes já depositadas, concedidas ou licenciadas: Tipo 2. Ativos de propriedade intelectual Subtipo 1: Patente Produtos ou processos em sigilo: Tipo 18. Produtos ou processos em sigilo Subtipo 1: Impacto declarado de produção técnica ou tecnológica Subtipo 2: Interesse declarado do setor empresarial em produção sob sigilo Subtipo 3: Instrumento de transferência de tecnologia (contratos) elaborados
Documentos Sucupira	Em caso de patentes já depositadas, concedidas ou licenciadas: a patente ou contrato de licenciamento Em caso de produtos ou processos em sigilo: declaração emitida pela organização demandante ou cliente, ou pela instituição, indicando a sua situação
Currículo Lattes	Em caso de patentes já depositadas, concedidas ou licenciadas, depende do tipo de artefato já patenteado: patentes e registros – patente (gerais, que não se enquadram nos demais), programa de computador registrado, desenho industrial registrado, marca registrada Em caso de produtos ou processos em sigilo: produções – produção técnica – outra produção técnica em dados gerais: natureza – escrever um dos três subtipos listados anteriormente, de acordo com o local onde o pedido de registro de patente se encontra

Fonte: elaboração do INCA.

Legenda: AGI — Agência de Inovação.

Referências

BRASIL. **Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996**. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9279.htm. Acesso em: 19 mar. 2025.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Produção Técnica**: grupo de trabalho. Brasília, DF: CAPES, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-producao-tecnica-pdf>. Acesso em: 19 mar. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL (Brasil). **Manual Básico para Proteção por Patentes de Invenções, Modelos de Utilidade e Certificados de Adição**. [Rio de Janeiro]: INPI, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/patentes/guia-basico/ManualdePatentes20210706.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL (Brasil). **Materiais de Consulta e Apoio**: Folder - Patentes. Rio de Janeiro: INPI, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/patentes/materiais-de-consulta-e-apoio/folder-patente.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL (Brasil). **Materiais de Consulta e Apoio**: Inovação e Propriedade Intelectual – Guia para o Docente. Rio de Janeiro: INPI, 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/patentes/materiais-de-consulta-e-apoio/guia-para-o-docente.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2025.

CAPÍTULO 3: TECNOLOGIA SOCIAL

Definição

A Capes define tecnologia social como sendo:

Método, processo ou produto transformador, desenvolvido e/ou aplicado na interação com a população e apropriado por ela, que represente solução para inclusão social e melhoria das condições de vida e que atenda aos requisitos de simplicidade, baixo custo, fácil aplicabilidade e replicabilidade (Brasil, 2019, p. 36).

Etapas de elaboração

A elaboração de tecnologias sociais é um processo que envolve uma composição de elementos, denominados mecanismos-chave, com base em um modelo que deve ser estruturado. No centro de tudo estão as práticas sociais, que serão subsidiadas por ferramentas e métodos, e implementadas por distintos grupos sociais, representados pela população e outros agentes que participam, se apropriam e aprendem com o processo. Ademais, é importante destacar que a prática social será desenvolvida em determinado contexto, que também precisa ser devidamente identificado (Souza; Pozzebon, 2020).

De forma geral, a elaboração das tecnologias sociais pode envolver até quatro etapas (Araújo; Cândido, 2017), a saber:

- **Planejamento** — determinação de todas as atividades iniciais do projeto, tais como: a identificação do problema; a demanda ou a necessidade da população a ser solucionada; a definição dos recursos necessários, sua disponibilidade e fontes; o estabelecimento da sequência de atividades a ser realizada no decorrer do projeto; a projeção dos resultados e os impactos decorrentes de sua adoção.
- **Desenvolvimento** — organização e mobilização das ferramentas e dos métodos pelos grupos sociais em prol da produção de resultados.
- **Aplicação** — utilização de método, processo ou produto de forma efetiva pelos grupos sociais envolvidos no planejamento e no desenvolvimento.
- **Reaplicação** — envolve o processo de difusão e replicabilidade em escala das tecnologias sociais.

A Figura 5 apresenta, de forma sistematizada, a trilha metodológica para a implantação de projetos de tecnologias sociais.

Figura 5. Etapas de elaboração de projeto de tecnologia social



Fonte: adaptado de Jesus, Luft e Araújo, 2020.

Características e elementos gerais da redação do produto

Caso o seu PTT seja uma tecnologia social, deve ser entregue ao PPGCan na forma de relatório, que poderá apresentar:

- **O protótipo ou piloto que foi desenvolvido** — envolve a descrição das etapas diagnóstica e de construção, incluindo os elementos denominados mecanismos-chave da tecnologia social (grupos sociais, prática social — ferramentas, métodos e contexto).
- **O produto em teste** — envolve a descrição das etapas diagnóstica, de construção e de experimentação na fase de aplicação.
- **O produto finalizado ou implantado** — envolve a descrição das etapas diagnóstica, de construção e de experimentação, incluindo os resultados de aplicação e acompanhamento; podem-se, ainda, incluir resultados da etapa de expansão nas situações em que ocorra a reaplicação da tecnologia.

Independentemente do estágio de desenvolvimento e implementação da tecnologia social, o relatório deverá ser escrito com base no rigor científico e metodológico, necessário aos textos acadêmicos:

- Redação do texto com expressão objetiva e linguagem acurada em relação à gramática, à coesão, ao estilo e à clareza.
- Formatação conforme as normas da ABNT quanto à elaboração, à estruturação, à documentação, às citações, às referências e à apresentação.
- Coerência interna do texto, sobretudo no que se refere ao conteúdo, aos conceitos e à linguagem.
- Reflexão crítica sobre o projeto como um todo, particularmente sobre seus itens essenciais.

Recomenda-se que o relatório seja revisado por um especialista em sua versão final a ser entregue ou divulgada.

Estrutura do produto tecnologia social

De modo geral, o relatório da tecnologia social, desenvolvida ou aplicada, apresenta estrutura obrigatória semelhante à de outros produtos, conforme demonstrado no modelo (Figura 6). A estrutura contempla:

- **Capa e folha de rosto.**
- **Apresentação** — inclui as informações gerais sobre o produto desenvolvido e a informação de que a tecnologia social é produto do mestrado do discente. Além disso, deve conter a descrição da linha e do projeto de pesquisa do PPGCan em que o produto está inserido.
- **Sumário** — consiste na enumeração das principais divisões (com títulos, seções etc.), na mesma ordem em que a matéria é distribuída no relatório, acrescida da indicação da página inicial das respectivas divisões.
- **Introdução** — apresenta considerações a respeito da problemática e/ou do contexto, bem como a justificativa para execução da proposta. Devem-se descrever o tipo de tecnologia (método, processo ou produto) e a sua finalidade.

- **Objetivos** — apresenta os objetivos da tecnologia social que foi desenvolvida e/ou aplicada.
- **Postura epistemológica e desenho metodológico** — descreve o referencial teórico-metodológico utilizado, bem como o desenho metodológico realizado, incluindo todos os elementos que compõem os mecanismos-chave da tecnologia social (contexto, grupos sociais envolvidos e prática social, com suas ferramentas e técnicas) e os indicadores que foram elaborados para acompanhar as etapas de implementação do produto.
- **Resultados** — apresenta sinteticamente os resultados mais importantes correspondentes ao estágio do produto (protótipo ou piloto, produto em teste, finalizado ou implantado).
- **Análise crítica dos resultados** — especifica o potencial de inovação de produtos, processos ou serviços, em uma perspectiva analítica.
- **Considerações finais** — apresenta as percepções quanto à aplicabilidade da tecnologia social, incluindo facilidade, abrangência, potencial de inovação e possível replicabilidade.
- **Referências** — apresenta referências normalizadas de acordo com a ABNT.
- **Apêndices e anexos** — podem incluir declaração emitida da comunidade beneficiada; declaração emitida por financiadores ou patrocinadores; documento descritivo da tecnologia social; outros documentos emitidos por órgãos públicos ou privados.

Figura 6. Estrutura do relatório da tecnologia social



Fonte: elaboração do INCA.

Localização da tecnologia social na dissertação

O relatório da tecnologia social é parte da dissertação, podendo ser inserido na seção de resultados ou como apêndice. Caso inserido como resultados, os elementos pré-textuais e pós-textuais podem ser suprimidos. Contudo, nesses casos, esses elementos deverão ser criados para o envio do material final, após a defesa, ao PPGCan. Se inserido como apêndice, deverá apresentar o modelo completo, incluindo todos os elementos estruturais do produto.

Quadro 3. Resumo de tecnologia social

QUADRO-RESUMO: TECNOLOGIA SOCIAL	
Instância do INCA responsável pela avaliação da proposta	Divisão de Ensino Stricto Sensu da Coordenação de Ensino para analisar a necessidade de estabelecimento de Acordo de Cooperação Técnica
Cadastro Sucupira	Tipo 3. Ativos de propriedade intelectual
Documentos Sucupira	Declarações emitidas pelos representantes das comunidades beneficiadas, declarações emitidas pelos patrocinadores ou financiadores (se existirem), descrição da tecnologia social e/ou quaisquer outros documentos emitidos por órgãos públicos ou privados que indiquem a transformação social e seus benefícios
Currículo Lattes	Produções – produção técnica – processo ou técnica Em dados gerais: natureza – escolha entre analítica (sequência de atividades para coletar e transformar dados para análise), instrumental (sequência de atividades utilizando um ou mais instrumentos para a obtenção de um resultado), pedagógica (sequência de atividades voltadas para objetivos pedagógicos), processual (sequência de atividades voltadas para o processo judicial), terapêutica (sequência de atividades para obter resultados terapêuticos) e outra (todas as demais) Em título, escreva: tecnologia social – nome da tecnologia

Fonte: elaboração do INCA.

Referências

ARAÚJO, R. O. A.; CÂNDIDO, G. A. Sistema de Indicadores para Diagnóstico, Monitoramento e Avaliação de Tecnologias sociais: Proposição de uma metodologia. **Revista Espacios**, Caracas, v. 38, n. 2, p. 18-43, 2017. Disponível em: <https://www.revistaespacios.com/a17v38n02/17380218.html>. Acesso em: 19 mar. 2025.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Produção Técnica**: grupo de trabalho. Brasília, DF: CAPES, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-producao-tecnica-pdf>. Acesso em: 19 mar. 2025.

JESUS, G. B. S.; LUFT, M. C. M. S.; ARAÚJO, P. M. M. Implantação de projetos de tecnologia social. **Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação**, Naviraí, MS, v. 4, n. 1, p. 1-20, out. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/EIGEDIN/article/view/11599>. Acesso em: 19 mar. 2025.

SOUZA, A. C. A. A. de; POZZEBON, M. Práticas e mecanismos de uma tecnologia social: proposição de um modelo a partir de uma experiência no semiárido. **Revista Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 27, n. 93, p. 231-254, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/osoc/a/vgBbtPHW8Hgm9KpTdqLc4GJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 mar. 2025.

CAPÍTULO 4: CURSOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Definição

De acordo com o documento da Capes, o curso para formação profissional é um “conjunto de conteúdos estabelecidos de acordo com as competências requeridas pela formação profissional, em conformidade com os objetivos do Programa de Pós-Graduação” (Brasil, 2019, p. 38).

Considerando que essa modalidade é um processo de aquisição e desenvolvimento de competências necessárias para o exercício de uma profissão, esse tipo de PTT apresenta como característica: oferta contínua e integrada às atividades das instituições envolvidas com o processo da pesquisa (oferta regular); oferta intermitente, podendo estar integrada às instituições envolvidas com o processo da pesquisa (oferta de alternância); oferta regular ou intermitente, devendo contar com profissionais vinculados às instituições envolvidas com o processo da pesquisa (*work in progress*).

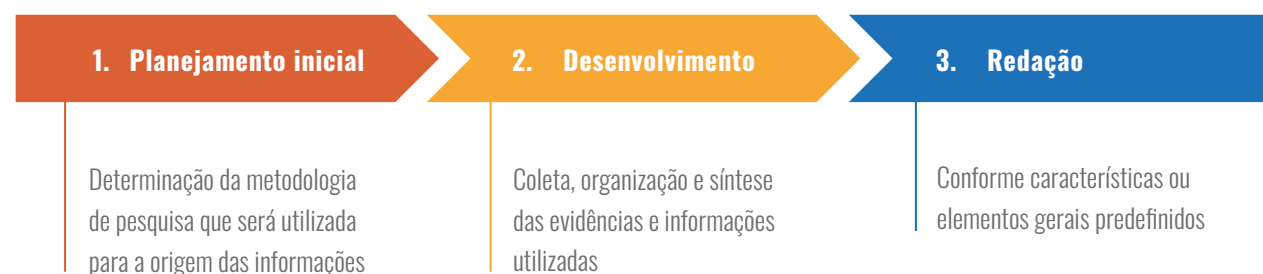
A Capes define como exemplo dessa modalidade de PTT: formação contínua com vínculo institucional; oferta especial para profissionais vinculados a projetos de pesquisa; formação pedagógica para profissionais não licenciados para atuação em sala de aula.

Por orientação da Capes, não se aplicam a esse tipo de PTT cursos ofertados pela Instituição de Ensino Superior (IES) que não estejam relacionados à produção científica e acadêmica da pós-graduação.

Etapas de elaboração do curso de formação profissional

A Figura 7 apresenta as etapas para a elaboração de um curso de formação profissional.

Figura 7. Etapas de elaboração de um curso de formação profissional



Fonte: elaboração do INCA.

As etapas de elaboração devem ser construídas conforme descrito a seguir:

- **Planejamento inicial** — definição do tema, do público-alvo, dos objetivos, da carga horária, dos conteúdos que serão abordados, da metodologia, do uso de recursos, do formato do curso (presencial, on-line ou híbrido) e da avaliação.

- **Desenvolvimento** — descrição do curso e sua finalidade com estabelecimento de vínculo com a linha e o projeto de pesquisa.
- **Redação** — a redação do curso para formação profissional deve conter os elementos destacados no Quadro 4.

Quadro 4. Elementos da redação do curso para formação profissional

ELEMENTOS	DESCRIÇÃO
Definição do tema	Apresentar o título do curso
Apresentação e justificativa	Apresentar o tema, indicando a sua relevância e as contribuições para compreensão ou solução do problema que poderá advir com a realização da pesquisa Apresentar uma redação breve, assertiva e objetiva
Ementa do curso	Apresentar, em um breve resumo, de forma clara, concisa e objetiva, o que vai ser estudado e os procedimentos a serem realizados no curso
Objetivo geral	Indicar a finalidade do curso
Objetivos específicos das unidades ou módulos	Opcional: apresentar os resultados concretos que o curso pretende alcançar em cada uma de suas unidades
Público-alvo	Definir o público a que se destina o curso de formação
Pré-requisito	Definir se há uma condição prévia para participar do curso
Vagas	Definir o número de vagas disponibilizadas
Organização curricular	Definir o número de unidades e/ou etapas do curso Definir a matriz curricular, com objetivos, conteúdo e carga horária
Metodologia	Descrever como será dividido o curso: em módulos ou etapas Descrever as estratégias que viabilizem o processo de ensino-aprendizagem (debates, oficinas, jogos, atividades práticas, trabalhos em grupo e/ou individuais)
Recursos didáticos	Descrever os recursos didáticos
Avaliação da aprendizagem	Definir como os cursistas serão avaliados: provas, trabalhos práticos no modo individual e/ou em grupo Definir as etapas da avaliação considerando autonomia, capacidade de escuta, diálogo, reflexão dos conteúdos apresentados Obs.: o instrumento escolhido deve refletir os objetivos do curso
Certificação	Definir normas para a certificação (frequência do curso, conceitos nas avaliações teórico-práticas)
Referências	Definir as referências utilizadas para o desenvolvimento do curso
Apêndices e anexos	Opcional

Fonte: elaboração do INCA.

Características e elementos gerais ao redigir o planejamento

Para um bom planejamento, recomenda-se considerar sua adaptação à realidade do público-alvo e do espaço onde o curso será desenvolvido, para garantir que atenda às necessidades dos cursistas e também cumpra com os objetivos propostos.

Citações e referenciais bibliográficos no planejamento devem atender às normas da ABNT NBR 10520 e NBR 6023.

Estrutura do planejamento do curso de formação profissional

De modo geral, o relatório do planejamento do curso de formação profissional apresenta estrutura obrigatória semelhante à de outros produtos, conforme demonstrado na Figura 8.

Figura 8. Estrutura de planejamento de curso para formação profissional



Fonte: elaboração do INCA.

Localização do curso de formação profissional na dissertação

O curso para formação profissional enquanto PTT é parte da dissertação, devendo ser inserido na seção de resultados ou como apêndice.

Quadro 5. Resumo do curso de formação profissional

QUADRO-RESUMO: CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL	
Instância do INCA responsável pela avaliação da proposta	Ciape Consultar Norma Administrativa de Solicitação de Novas Ações Educacionais na Intranet do INCA em: http://lotus_inca.inca.local/calandra/calandra.nsf
Cadastro Sucupira	Tipo 4. Curso para formação profissional Subtipo 2: Atividade de capacitação profissional criada em diferentes níveis
Documentos Sucupira	Se o curso é realizado com instituições parceiras, devem-se anexar a declaração das parcerias, o projeto do curso e a sua aprovação nos órgãos competentes
Currículo Lattes	Produções – produção técnica – curso de curta duração ministrado Em detalhamento: participação dos autores, escolher: outra Em título: criação do curso – nome do curso

Fonte: elaboração do INCA.

Legenda: Ciape — Comitê Integrado de Avaliação Político-educacional; INCA — Instituto Nacional de Câncer.

Referência

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Produção Técnica:** grupo de trabalho. Brasília, DF: CAPES, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-producao-tecnica-pdf>. Acesso em: 19 mar. 2025.

CAPÍTULO 5: PRODUTO DE EDITORAÇÃO

Definição

O produto de editoração é o resultado de uma atividade editorial que envolve processos de edição e publicação de obras ficcionais ou não ficcionais. Tal processo inclui o planejamento e a execução, intelectual e gráfica, de livros, enciclopédias, ilustrações, diagramação etc. (Brasil, 2019).

Para o Ministério da Saúde, produtos de editoração incluem materiais de natureza educativa, informativa, normativa, técnica e científica, produzidos e postos em circulação em diferentes suportes e mídias no contexto de ações, serviços, programas e políticas públicas do setor da saúde (Brasil, 2006a).

Para o PPGCan, o produto deve estar relacionado à área da saúde coletiva e controle do câncer e vinculado aos objetivos do Programa (Instituto Nacional de Câncer, 2022).

EXEMPLOS DE PRODUTOS DE EDITORAÇÃO (BRASIL, 2014, 2024)

Segundo a publicação *Procedimentos para normalização de publicações do Ministério da Saúde* (Brasil, 2024), os produtos de editoração são divididos da seguinte forma:

- **Livro** — publicação não periódica, com mais de 49 páginas, sem contar as capas, com conteúdo literário, artístico, técnico ou científico. Normalmente, um livro contém o Número Padrão Internacional de Livro (ISBN, do inglês *International Standard Book Number*). Pode ser impresso, ter uma versão digital ou ser criado especificamente para a internet. São considerados como livro:
 - » *Manual*: documento que apresenta normas, procedimentos e instruções, buscando padronizar rotinas ou orientar a aplicação de técnicas, métodos e práticas.
 - » *Cartilha*: documento que contém um caráter pedagógico e traz informações básicas sobre determinado tema.
 - » *Catálogo*: documento que lista pessoas, entidades, produtos, entre outros, trazendo informações objetivas, normalmente em ordem alfabética.
 - » *Guia*: documento de orientação ou instrução que traz informações práticas, sobre algum tema, como um serviço ou uma atividade.
 - » *Coletânea*: publicação que reúne textos selecionados extraídos de várias obras, normalmente de diferentes autores.
- **Periódico** — documento editado em números ou fascículos, periodicamente, com um título comum e permanente, que, geralmente, recebe um Número Internacional Normalizado para Publicações Seriadas (ISSN, do inglês *International Standard Serial Number*). São exemplos de periódicos:
 - » *Jornal*: publicação que traz matérias relacionadas aos acontecimentos da atualidade, em âmbitos nacional e internacional, seguindo uma linha editorial e uma periodicidade predefinida, como diária ou semanal.

- » *Boletim*: publicação curta, periódica, informativa, de empresa pública ou privada, voltada à divulgação de informações internas à instituição ou externas.
- » *Informativo*: publicação destinada à divulgação de notícias breves.
- » *Caderno seriado*: publicação seriada, contínua, sem periodicidade, geralmente com uma temática específica ou setorial.
- » *Revista*: publicação com finalidade de divulgar temas de interesse geral ou relacionados a um campo específico do conhecimento, seguindo uma linha editorial.
- **Materiais de divulgação** — diferentes materiais produzidos para propagar informações de modo rápido e objetivo, com mensagens curtas e de fácil interpretação. Adequados para divulgar eventos, ações, campanhas institucionais ou programas de governo. São exemplos desses materiais:
 - » *Folheto*: documento não periódico, entre cinco e 49 páginas, excluídas as capas, ao qual pode ser atribuído um ISBN.
 - » *Fôlder*: documento de uma folha, com dados informativos ou promocionais, que pode ou não ser frente e verso, com uma ou mais dobraduras.
- **Audiovisual** — material feito de sons e imagens, para transmissão de mensagens, que podem ser técnicas, científicas ou educativas, para públicos específicos. São exemplos as mídias interativas e o livro eletrônico.

Etapas da produção editorial

As etapas de um processo editorial envolvem desde a concepção do produto editorial, passando pelo planejamento e pela elaboração de seu conteúdo, por sua aprovação por órgão colegiado (quando cabível), pelo processo de editoração, que envolve as etapas de copidesque, normalização, edição, diagramação e revisão, pela impressão ou pelo fechamento do arquivo final, no caso de publicação apenas digital, até a distribuição da publicação.

Os resultados de pesquisas, revisões bibliográficas, estudos, observações ou outras formas de conhecimento produzidas no PPGCan definirão para qual público essas informações devem ser dirigidas. A partir disso, é estabelecido o produto editorial e são elaborados os textos, as tabelas, as figuras e as demais partes necessárias. Tal material deve seguir as próximas etapas do processo editorial apenas quando estiver em versão final e completa (ou seja, com o texto totalmente redigido e acompanhado de todas as tabelas e figuras necessárias), sendo, a partir daí, nomeado de “documento original” (Embrapa, 2023). As etapas do produto editorial são:

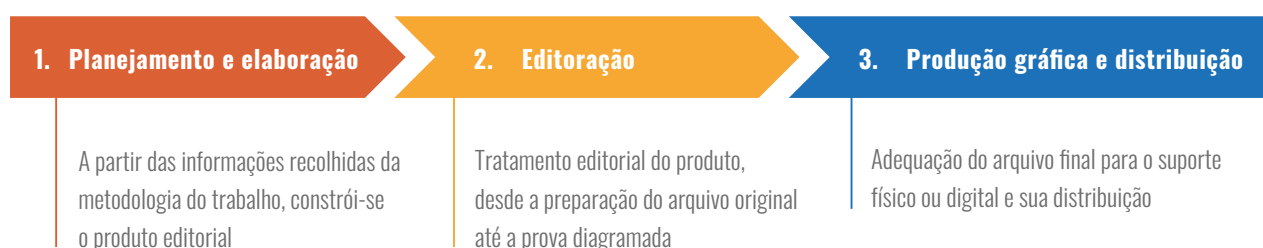
- **Planejamento e elaboração** — primeira etapa, em que é feita a escolha da metodologia de pesquisa utilizada para o levantamento das informações (revisão sistemática de literatura, pesquisas epidemiológicas, análise econômica, análise documental, entrevistas etc.) que serão analisadas, seguido da definição do público-alvo, da linha editorial do produto e da linguagem a ser utilizada. Por fim, fazem-se a construção e a finalização do documento original.
- **Editores** — segunda etapa do produto, na qual é realizado o processo editorial do produto, que envolve ações como a preparação do documento, a normalização bibliográfica, a concepção do projeto gráfico e a diagramação.

- **Produção gráfica e distribuição** — envio do arquivo para a gráfica, em caso de material impresso, e fechamento do arquivo final, em caso de documento impresso e/ou digital. Concluída a produção do material, ele deve ser distribuído para as bibliotecas do INCA, enviado para o depósito legal na Biblioteca Nacional, encaminhado para a publicação na BVS Prevenção e Controle de Câncer (<http://controlecancer.bvs.br/>), no portal do INCA e no repositório institucional. Seus exemplares impressos e digitais devem ser distribuídos pelo elaborador do material.

O depósito legal não é obrigatório somente para livros, mas também para periódicos, fonogramas, partituras e videogramas, de acordo com as Leis n.º 10.994/2004 (Brasil, 2004) e n.º 12.192/2010 (Brasil, 2010).

Etapas adicionais podem ser acrescentadas na produção, por exemplo, uma tradução.

Figura 9. Etapas da produção editorial



Fonte: elaboração do INCA.

Características e elementos gerais

Na elaboração de um produto editorial, é importante pensar na diversidade do público que vai recebê-lo, para que tal produto seja bem aceito e bem compreendido. O melhor modo de uma informação atrair a atenção de um leitor é construí-la de forma clara, sucinta, coerente e fluente (Brasil, 2021a). O cuidado na construção do texto, considerando-se a clareza e a qualidade do conteúdo, garante atemporalidade e economicidade e possibilita um acesso democrático ao conhecimento em saúde (Brasil, 2021b).

O elaborador é o criador intelectual do produto. É dele a responsabilidade pela idealização e pelo conteúdo do material. Cabe também a ele observar a legislação de direitos autorais, garantindo seu cumprimento e zelando pelo conteúdo e pelas informações (Brasil, 2006b). A formatação do produto editorial deve seguir as normas da ABNT sobre elaboração, estruturação, documentação, citações, referências e apresentação.

Estrutura dos produtos de editoração

Para composição dos produtos de editoração no PPGCan, são necessários os elementos descritos a seguir. Os elementos destacados em negrito são obrigatórios no produto editorial. Informações mais detalhadas estão disponíveis na publicação *Procedimentos para normalização de publicações do Ministério da Saúde* (ver na lista de referências).

LIVROS E PERIÓDICOS

- **Elementos externos** — sobrecapa; **capa**, subdividida em primeira, segunda, terceira e quarta capas; **lombada** (obrigatória, a depender da quantidade de páginas da publicação); orelhas; guarda; e marcador.
- **Elementos pré-textuais** — errata; falsa folha de rosto; **folha de rosto**; **lista de autores**; epígrafe; dedicatória; agradecimento; apresentação; prefácio; e **sumário**.
- **Elementos textuais** — **corpo do texto**: introdução, desenvolvimento, considerações finais; referências; e literatura recomendada.
- **Elementos pós-textuais** — glossário; apêndice; anexo; índice; e **colofão**.

MATERIAIS DE DIVULGAÇÃO

O processo de normalização é o mesmo para todos os tipos de materiais de divulgação, sendo necessário observar a aplicação de marcas, de acordo com os respectivos manuais de cada marca registrada no produto, bem como a identidade visual de prêmios, projetos, programas, entre outros. Geralmente, as marcas são destacadas na parte inferior da obra.

ATRIBUIÇÃO DE ISBN E ISSN

O ISBN é um sistema internacional que estabelece uma padronização, a fim de identificar, por meio de números, os livros segundo o título, o autor, o país e a editora. O ISBN individualiza os livros, inclusive por edição. É utilizado também para identificar softwares e publicações eletrônicas. O uso do ISBN em publicações não periódicas é obrigatório e está estabelecido na Lei n.º 10.753, de 30 de outubro de 2003, que institui a Política Nacional do Livro (Brasil, 2003).

O ISSN é um número de identificação única, internacionalmente reconhecido para publicações seriadas, que, uma vez atribuído, torna-se único e definitivo (Brasil, 2003).

APLICAÇÃO DE MARCAS

A Secretaria de Comunicação da Presidência da República (Secom) possui um manual de uso da marca do governo federal, o qual determina que a logomarca do governo federal seja aplicada em assinatura conjunta somente com o nome de órgão ou entidade do Poder Executivo (Brasil, 2013).

Os produtos editoriais devem receber a aplicação correta da assinatura do INCA, de acordo com a especificidade do produto e com as orientações do Serviço de Comunicação Social (Secomso) do INCA. Somente o Secomso pode autorizar o uso da assinatura do INCA, estando a Área de Edição do Serviço de Educação e Informação Técnico-científica (Seitec), da Coordenação de Ensino (Coens), autorizada a usar tal assinatura em produtos editados pela área.

Localização do produto de editoração na dissertação

O produto de editoração, enquanto PTT, é parte da dissertação, devendo ser inserido na seção de resultados ou como apêndice.

Considerações importantes

Cabe ao elaborador do produto de editoração a responsabilidade pelo conteúdo e pela veracidade das informações contidas no documento, sendo sua obrigação zelar pelo cumprimento da legislação de direitos autorais, atentando-se para o uso de citações diretas ou indiretas, sempre referenciadas, e para a formulação da lista de referências, na qual constem todos os materiais (livros, sites, leis, matérias de jornal etc.) que serviram de fonte para a construção da publicação.

A autoria de todo e qualquer produto editorial que seja editado pelo INCA será do próprio INCA, sendo garantido o crédito adequado a organizadores, elaboradores e colaboradores, de acordo com a sua participação na construção do documento.

Todas as produções editoriais do INCA têm sua distribuição gratuita, o que significa que não podem, sob qualquer hipótese, ser comercializadas. É obrigatório o envio de um exemplar de cada obra publicada à Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. Além disso, as Portarias n.º 586/1979 e 587/1979 (Brasil, 1979a, 1979b), do Ministério da Saúde, determinam o envio de dois exemplares de cada obra publicada para a biblioteca do Ministério da Saúde. Ambas as distribuições são feitas pela Área de Edição, caso o material seja publicado pelo INCA.

Quadro 6. Resumo dos produtos de editoração

QUADRO-RESUMO: PRODUTO DE EDITORAÇÃO	
Instância do INCA responsável pela avaliação da proposta	Comitê Editorial Consultar tutorial para pedidos ao comitê editorial na Intranet do INCA em: http://lotus_inca.inca.local/calandra/calandra.nsf
Cadastro Sucupira	Tipo 5. Produto de editoração Subtipo 1: Livro, catálogo, coletânea ou enciclopédia Subtipo 2: Revista ou anais (incluindo editoria e corpo editorial) organizados
Documentos Sucupira	Declaração emitida pela instituição sobre o artefato, ou declaração emitida pela organização demandante ou cliente (se existir)
Currículo Lattes	Produções – produção técnica – editoração Em dados gerais: natureza – escolha se o artefato editorado é livro, anais de um evento, catálogo, coletânea, enciclopédia, periódico ou outro

Fonte: elaboração do INCA.

Referências

- BRASIL. **Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003**. Institui a Política Nacional do Livro. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.753.htm. Acesso em: 19 mar. 2025.
- BRASIL. **Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004**. Dispõe sobre o depósito legal de publicações, na Biblioteca Nacional, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10994.htm. Acesso em: 19 mar. 2025.
- BRASIL. **Lei nº 12.192, de 14 de janeiro de 2010**. Dispõe sobre o depósito legal de obras musicais na Biblioteca Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12192.htm. Acesso em: 19 mar. 2025.
- BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Produção Técnica**: grupo de trabalho. Brasília, DF: CAPES, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-producao-tecnica-pdf>. Acesso em: 19 mar. 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Dicas editoriais**. Brasília, DF: Conselho Editorial do Ministério da Saúde, 2013.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual de redação e estilo da Editora MS**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2021a. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_redacao_estilo_editora_MS.pdf. Acesso em: 19 mar. 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Orientações para a produção de publicações do Departamento de Atenção Básica**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/orientacoes_publicacoes_dab.pdf. Acesso em: 19 mar. 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Orientações para autores institucionais acerca da elaboração e do preparo de textos para publicações oficiais produzidas pelas áreas técnicas do Ministério da Saúde**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2021b. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/orientacoes_autores_elaboracao_preparo_texto.pdf. Acesso em: 19 mar. 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Política editorial do Ministério da Saúde**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2006b. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_editorial_ministerio_saude_1ed_3reip.pdf. Acesso em: 19 mar. 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Procedimentos para Normalização de Publicações do Ministério da Saúde**. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2024. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/procedimentos_normalizacao_publicacoes_ministerio_saude_4ed.pdf. Acesso em: 19 mar. 2025.
- BRASIL. Portaria MS/GM nº 586, de 03 de outubro de 1979. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 14753, out. 1979. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/bibliosus/pub/Portarias%20586%20e%20587%20EditoraMS.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2025.
- BRASIL. Portaria MS/GM nº 587, de 03 de outubro de 1979. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 14753, out. 1979. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/bibliosus/pub/Portarias%20586%20e%20587%20EditoraMS.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2025.
- BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. **Manual de Uso da Marca do Governo Federal**. Brasília, DF: [s. n.], 2023. Disponível em: https://www.gov.br/secom/pt-br/central-de-conteudo/manuais/uso-da-marca-do-governo-federal/2023-jan_br_govfederal_manual-de-uso_v1.1/view. Acesso em: 30 abr. 2025.
- EMBRAPA. **Manual de produção editorial da Embrapa**. Brasília, DF: Embrapa, 2023. Disponível em: <https://www.embrapa.br/manual-de-producao-editorial>. Acesso em: 19 mar. 2025.
- INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER (Brasil). **Produto Técnico Tecnológico**. Rio de Janeiro: INCA, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inca/pt-br/assuntos/ensino/mestrado-e-doutorado/ppgcan/produto-tecnico-tecnologico>. Acesso em: 19 mar. 2025.

CAPÍTULO 6: MATERIAL DIDÁTICO

Definição

A Capes define o PTT do tipo material didático como “produto de apoio/suporte com fins didáticos na mediação de processos de ensino e aprendizagem em diferentes contextos educacionais” (Brasil, 2019, p. 43).

Para Bandeira (2009, p. 14), “material didático pode ser definido amplamente como produtos pedagógicos utilizados na educação e, especificamente, como o material instrucional que se elabora com finalidade didática”. A autora esclarece que a definição de material didático está vinculada ao tipo de suporte que possibilita materializar o conteúdo. Ou seja, um conjunto de textos, imagens e recursos, ao ser concebido com finalidade educativa, implica a escolha de um suporte impresso ou audiovisual. Nesse sentido, material didático pode ser dividido em impresso, audiovisual e novas mídias (que utilizam tecnologias como computadores e internet).

Quaisquer instrumentos utilizados em procedimentos de ensino são considerados materiais didáticos. Podem ser desenvolvidos em diferentes linguagens (científica, informal ou lúdica), em formato físico ou digital, e podem conter imagens ou qualquer outra ferramenta que elucide determinado assunto ou tema (Dom Bosco, c2018).

Desse modo, materiais didáticos podem ser livros, álbuns seriados, jornais, revistas, pôsteres, cartazes, textos, mapas, desenhos, gravuras, gráficos, maquetes, ilustrações, histórias em quadrinhos, filmes, retroprojetores, transparências, slides, quadro, mural, modelos etc. Por orientação da Capes (Brasil, 2019), **não se aplicam** aos PTT do tipo material didático: apostilas, slides, apresentações e outros materiais elaborados exclusivamente para apoio da atividade do docente nas aulas regulares da graduação e da pós-graduação e atividades de extensão.

Natureza

A Capes orienta que os PTT do tipo material didático podem ser produzidos como materiais impressos, produções audiovisuais ou novas mídias.

Figura 10. Material didático quanto ao suporte e uso das mídias



Fonte: adaptado de Bandeira (2009).

Bandeira (2009) relata que o conceito de mídia é uma apropriação da pronúncia em inglês do termo em latim, que significa meios de comunicação ou canal, e caracteriza o recurso por meio do qual a informação pode ser transmitida.

MATERIAL IMPRESSO

Bandeira (2009) esclarece que o material impresso, seja tradicional, seja inovador, pode ser dividido em coleções ou conjuntos, como caderno de atividades, guia do aluno, guia do professor, livro-texto, livro didático, livro paradidático, pranchas ilustrativas, mapas etc., a depender das modalidades de educação formal e informal, do tipo de público e das finalidades.

A Capes sugere que esse tipo de PTT pode ser elaborado como coleções, livros didáticos e paradidáticos, guias, mapas temáticos, jogos educativos etc.

O PPGCan recomenda as possibilidades descritas a seguir:

- **Coleções** — nas coleções didáticas, pode haver objetos variados com características de caráter científico ou de caráter didático. Além das tradicionais coleções de livros didáticos, há diversos tipos de coleções, por exemplo, imagens em diferentes suportes (figurinhas, pranchas etc.), painéis, modelos de gesso ou resina, entre outros. As coleções podem se constituir como elementos motivadores e promotores de aprendizagem. Seus sentidos dependem do contexto em que são coletados, organizados e estudados (científicos, de ensino ou divulgação) (Marandino; Rodrigues; Souza, 2014).
- **Livros didáticos** — abordam conteúdos de uma disciplina ou componente curricular e organizam-se em etapas, que devem ser cumpridas para colocar em prática as atividades ou a orientação a ser seguida. Munakata (2016, p. 21) afirma que, para muitos pesquisadores, “o livro didático é qualquer livro, em qualquer suporte — impresso em papel, gravado em mídia eletrônica etc. —, produzido explicitamente para ser utilizado na escola, com fins didáticos”.
- **Livros paradidáticos** — têm a função de aprofundar conceitos trabalhados nos livros didáticos e complementar o conhecimento dos alunos sobre pontos específicos dentro do tema principal (Dom Bosco, c2018).
- **Guia didático** — aponta caminhos para a construção do conhecimento, oferecendo dicas e orientações. Consiste em um material orientador, contendo elementos pedagógicos que definem temáticas a serem mediadas no trabalho docente (Barros, 2009).
- **Jogos educativos** — têm um objetivo didático de promover ou apoiar a aprendizagem de conteúdos curriculares. Exemplos: jogos de raciocínio como xadrez, quebra-cabeça; de lógica, como desafios, equações, problemas; de disciplinas, como matemática, física, ciências, inglês, língua portuguesa, geografia; de inteligência; de tabuleiro; de memória; de estratégia etc. (Pugles, [202?]).
- **Cartilha** — são materiais informativos e educativos que devem expor, de forma leve e dinâmica, o conteúdo. A cartilha aumenta o entendimento do público-alvo, ajuda na memorização das informações e, na área da saúde, contribui para a adesão dos pacientes aos tratamentos (Ribeiro; Queluci, 2022).
- **Infográfico** — é uma união entre texto e elementos visuais para transmitir informações. A palavra vem do inglês *information graphic*, que significa “informação gráfica”. Mistura a linguagem verbal e a não verbal. Seu principal objetivo é mostrar as informações de forma visualmente atraente e clara (Pugles, [202?]).

PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS

Documentos audiovisuais incluem imagens e/ou sons reproduzíveis, incorporados em um suporte, que requerem um dispositivo tecnológico. Esse tipo de material apresenta grande potencial para ser explorado também na educação a distância, utilizando-se de vídeos, animações, videoaulas, videoconferências, teleconferências, entre outros (Bandeira, 2009). Contudo, o uso de recursos audiovisuais nem sempre exige equipamentos de projeção (óticos ou eletrônicos), conforme propõe Gil (2005 *apud* Rocha; Motta, 2020, p. 103):

- **Recursos visuais** — quadro de giz, cartazes, mapas, murais etc.
- **Recursos audiovisuais tradicionais** — filmes, televisão etc.
- **Recursos audiovisuais integrados ao computador** — projetor multimídia, softwares etc.
- **Recursos auditivos** — rádio, músicas etc.
- **Recursos audiovisuais baseados na internet** — e-mail, videoconferência etc.

A Capes preconiza que as produções audiovisuais podem ser elaboradas utilizando-se de fotografia; painel cronológico; programas de TV aberta e/ou fechada; programas de rádio comunitários, universitários, alternativos; trilha e/ou paisagem sonora etc.

Além do formato de programas de TV ou rádio, o PPGCan recomenda as seguintes possibilidades de PTT como produções audiovisuais:

- **Fotografia** — como recurso didático no processo de ensino, é uma forma de agregar social e tecnologicamente alunos e docentes com bagagens culturais e conhecimentos distintos e, muitas vezes, complementares, trazendo benefícios aos envolvidos nessa troca e nessa construção. Ao realizar registros locotemporais, podem-se estimular percepções e conceitos do que foi capturado, tornando possível sua contextualização em diferentes setores, permitindo a realização de trabalhos como os de percepção ambiental com análise histórica e/ou socioeconômica. A fotografia pode ser utilizada para contar uma história por sequência de imagens, como na fotonovela, que consiste em uma história sequenciada narrada com texto e imagem fotográfica, semelhante (porém não na mesma classe) às histórias em quadrinhos (Santos *et al.*, 2018).
- **Vídeo** — sistema de gravação e reprodução de imagens, as quais podem estar acompanhadas de sons, e que se realiza por meio de uma banda magnética (Conceito [...], 2021). Deve seguir etapas específicas de produção. Pode também ser produzido como animação, que consiste, de maneira sucinta, em um elemento gráfico que ganha movimento na tela. Por isso, pode ser produzido com orçamentos menores e consegue transmitir ideias complexas de maneira dinâmica e interessante. Há diversas ferramentas que podem ser utilizadas para criar vídeos animados.

NOVAS MÍDIAS

Para Bandeira (2009, p. 21),

[...] novas mídias podem ser entendidas como as possibilidades oferecidas pelas tecnologias de informação e comunicação (TIC), com a produção, armazenagem, distribuição de informação e entretenimento, por exemplo, no uso de computadores e redes (como a Internet).

As sugestões da Capes para esse tipo de PTT passam por CD; CD-Room; DVD; e e-book. O PPGCan recomenda os e-books, podcasts e videocasts.

- **E-book (livro eletrônico, digital ou virtual)** — tipo de livro que existe exclusivamente em formato digital, não periódico, que necessita de um aparelho leitor e de um software para decodificação que viabilize sua leitura. Pode conter texto, imagem, áudio e vídeo, permite a inclusão de comentários pelo leitor, bem como o controle e o ajuste de nuances de brilho, cor e tamanho da fonte (Reis; Rozados, 2016).
- **Podcast** — arquivo gravado apenas em áudio, que pode ser inserido em diversos gêneros e diferentes formatos: informativo, documental, entrevista, poético etc. (Podcast [...], 2022).
- **Videocast** — pode ser considerado um podcast com imagem e nada mais. Contudo, a abordagem não é a mesma de um podcast (apenas com áudio). No videocast, o visual é essencial e sempre apresenta um conteúdo em formato de entrevistas e bate-papo, com um ou dois apresentadores e os convidados. O áudio de programas em videocast pode ser captado e transformado em um programa de podcast (Podcast [...], 2022).

Etapas de elaboração de um material didático

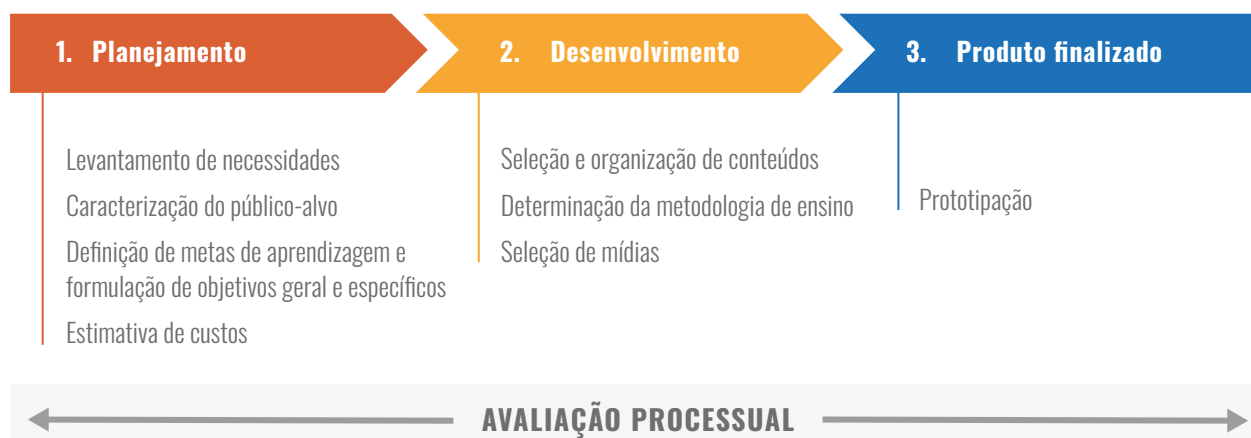
Uma vez que, segundo a Capes (Brasil, 2019), o PTT deve ser aplicável em condições reais de sala de aula ou em outros espaços educativos, e a dissertação deve ser uma reflexão sobre a elaboração e a aplicação desse produto, não seria pertinente caracterizar o produto simplesmente pela sua forma de apresentação, pois ele não pode ser reduzido a um elemento físico, seja ele impresso ou virtual. O que se deve almejar é que ele seja caracterizado pelo seu conteúdo e pela forma como ele se direciona ao público-alvo. Portanto, é importante caracterizar o PTT tanto por sua finalidade de aprendizagem e metodologias utilizadas quanto pelo conjunto de recursos para concretizá-lo (Freitas, 2021).

Os PTT não são um fim em si mesmos, não devendo apenas materializar uma sequência de atividades, um vídeo ou um software, mas devem trazer consigo a proposta de ensino que está subjacente ao que se apresenta de forma explícita no produto (Pagán, 1995 *apud* Freitas, 2021). Nessa perspectiva, Freitas (2021) aponta duas formas distintas de caracterizar um produto educacional:

- A sua função didática (sua finalidade de aprendizagem) e as metodologias utilizadas para cumprir essa função.
- O conjunto de meios, recursos ou instrumentos utilizados para materializá-lo.

Tendo em conta as considerações de Freitas (2021), independentemente do subtipo da natureza, os PTT devem respeitar algumas etapas para sua elaboração (Figura 11).

Figura 11. Etapas de elaboração de um material didático



Fonte: adaptado de Freitas (2021).

PLANEJAMENTO

Nessa etapa, fazem-se o levantamento de necessidades; a definição de metas e objetivos de aprendizagem previstos para o PTT, que não devem ser confundidos com os objetivos da pesquisa, mas, sim, as finalidades pedagógicas e a utilidade pedagógica prevista para o produto a ser elaborado; a definição do público-alvo; e a estimativa de custos.

DESENVOLVIMENTO

Essa é a etapa em que se desenvolve efetivamente o produto, selecionando os conteúdos, a metodologia de ensino e a mídia a ser utilizada.

PRODUTO FINALIZADO

Etapa de apresentação do protótipo do produto técnico-tecnológico. A seguir, são destacados, no Quadro 7, alguns exemplos práticos de materiais didáticos.

Quadro 7. Exemplos práticos de materiais didáticos

MATERIAL DIDÁTICO	EXEMPLOS
Coleções*	https://www.inca.gov.br/publicacoes/livros/cadernos-de-psicologia
Livros didáticos	https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/inca/abc_do_cancer_2ed.pdf
Livros paradidáticos	https://www.inca.gov.br/publicacoes/livros/deteccao-precoce-do-cancer
Guia didático	https://www.inca.gov.br/publicacoes/manuais?page=4

continua

continuação

Jogos educativos	https://portal.fiocruz.br/jogos-e-materiais-educativos
Cartilha	https://www.inca.gov.br/publicacoes?keys=&field_ano_value=All&field_tipo_de_publicacao_tid%5B%5D=847&sort_by=field_ano_value&sort_order=DESC
Infográfico	https://www.inca.gov.br/publicacoes/infograficos
Fotografias	https://www.scielo.br/j/reben/a/N3qSj3RCqtJY6mWVtqdBNKc/?format=pdf&lang=pt
Vídeo	https://www.youtube.com/@tvinca/videos
Videoanimação	https://www.youtube.com/@tvinca/videos
E-book**	https://radis.ensp.fiocruz.br/tag/e-book/
Podcast	https://ead.inca.gov.br/cursos/theme/roshnilite/layout/home/pilulas.php#
Videocast	https://ead.inca.gov.br/cursos/theme/roshnilite/layout/home/pilulas.php#

Fonte: elaboração do INCA.

Legendas: *essa coleção se refere a publicações, em vários volumes, sobre determinado tema. **É necessário adquirir o software para decodificação que viabilize sua leitura.

Características e elementos gerais da redação do relatório

Deverá ser entregue ao PPGCan um relatório sobre o desenvolvimento de seu PTT material didático, que poderá apresentar o protótipo ou o piloto que foi desenvolvido, envolvendo a descrição das etapas diagnóstica e de construção.

O relatório deverá ser escrito com base no rigor científico e metodológico, necessário aos textos acadêmicos:

- Redação do texto com expressão objetiva e linguagem acurada em relação à linguística, à gramática, ao estilo e à clareza.
- Formatação conforme as normas da ABNT quanto à elaboração, à estruturação, à documentação, às citações, às referências e à apresentação.
- Coerência interna do texto, sobretudo no que se refere ao conteúdo, aos conceitos e à linguagem.
- Reflexão crítica sobre o projeto como um todo, particularmente sobre seus itens essenciais.

Recomenda-se que o relatório seja revisado por um especialista em sua versão final a ser entregue ou divulgada.

Estrutura do relatório

Deverá ser entregue separadamente à Secretaria do PPGCan um documento contendo, mínima e obrigatoriamente, os seguintes tópicos (Figura 12), conforme modelo:

- **Capa e folha de rosto.**
- **Apresentação** — informações gerais sobre o produto; público-alvo; indicação de que o material didático é produto do mestrado do discente; descrição da linha e do projeto de pesquisa do PPGCan em que o trabalho está inserido, além das informações obrigatórias para a Capes.
- **Sumário** — enumeração das principais divisões (com títulos, seções etc.), na mesma ordem em que o conteúdo foi disposto, acrescida da indicação da página inicial das respectivas divisões.
- **Introdução ou contexto e justificativa** — apresenta considerações a respeito da problemática e/ou contexto, bem como a justificativa para execução da proposta.
- **Objetivos** — geral e específicos, caso sejam pertinentes.
- **Método** — explicação e análise da metodologia adotada, ou, segundo denominação recorrente, dos procedimentos metodológicos, explicitando se esses procedimentos foram adequados.
- **Resultados** — referência sintética dos resultados mais importantes para o público a que se destina o relatório.
- **Breve discussão com recomendações (ou análise crítica)** — além de uma breve discussão, numa perspectiva de análise, é importante especificar possíveis recomendações.
- **Conclusões ou considerações finais** — conclusões que relatam os principais resultados gerais ou comprovam as hipóteses, se for o caso. As conclusões expressam também o posicionamento do autor ou da equipe executora quanto à sua percepção dos resultados.
- **Referências.**
- **Apêndices e anexos.**

Figura 12. Estrutura do material didático



Fonte: elaboração do INCA.

Localização do material didático na dissertação

O PTT é parte da dissertação, podendo ser inserido na seção de resultados ou como apêndice. Caso seja inserido como resultados, as duas capas e o sumário do relatório podem ser suprimidos. Nesse caso, esses elementos pré-textuais e pós-textuais deverão ser criados para o envio do material final (conforme modelo disponibilizado pelo Programa), após a defesa, ao PPGCan. Caso seja inserido como apêndice, deverá apresentar o modelo completo, incluindo as duas capas e o sumário.

Quadro 8. Resumo do material didático

QUADRO-RESUMO: MATERIAL DIDÁTICO	
Instância do INCA responsável pela avaliação da proposta	Divisão de Ensino Stricto Sensu da Coordenação de Ensino para orientar quanto à aplicação de normas específicas para cada tipo de produto
Cadastro Sucupira	Tipo 6. Material didático
Documentos Sucupira	O próprio material
Currículo Lattes	Produções – produção técnica – desenvolvimento de material didático ou instrucional Natureza, escolher: <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de material didático, em casos de cartilhas, guias, tutoriais, outros • Planos de aula • Vídeo educacional

Fonte: elaboração do INCA.

Referências

- BANDEIRA, D. **Materiais didáticos**. Curitiba: IESDE, 2009. Disponível em: https://arquivostp.s3.amazonaws.com/qcursos/livro/LIVRO_materiais_didaticos.pdf. Acesso em: 19 mar. 2025.
- BARROS, D. M. V. **Guia didático sobre as tecnologias da comunicação e informação**: material para o trabalho educativo na formação docente. Rio de Janeiro: Vieira & Lenta, 2009. Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/3292>. Acesso em: 21 mar. 2025.
- BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Produção Técnica**: grupo de trabalho. Brasília, DF: CAPES, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-producao-tecnica-pdf>. Acesso em: 19 mar. 2025.
- CONCEITO de vídeo. [S. l.]: Conceito.de, 2021. Disponível em: <https://conceito.de/video>. Acesso em: 21 mar. 2025.
- DOM BOSCO. **Qual a importância de um material paradidático para a sua escola**. [S. l.: s. n.], c2018. Disponível em: <https://www.dombosco.com.br/noticias/qual-a-importancia-de-um-material-paradidatico-para-a-sua-escola.html>. Acesso em: 19 mar. 2025.
- FREITAS, R. Produtos educacionais na área de ensino da capes: o que há além da forma. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, Vitória, v. 5, n. 2, p. 1-20, 2021. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/1229/805>. Acesso em: 21 mar. 2025.

MARANDINO, M.; RODRIGUES, J.; SOUZA, M. P. C. de. Coleções como estratégia didática para a formação de professores na pedagogia e na licenciatura de ciências biológicas. **Revista de ensino de biologia**, Niterói, p. 5754-5765, n. 7, esp., out. 2014. Trabalho apresentado no 5. Encontro Nacional de Ensino de Biologia; 2. Encontro Regional de Ensino de Biologia, 2014, São Paulo. Disponível em: https://sbenbio.org.br/publicacoes/anais/V_Enebio/V_Enebio_completo.pdf. Acesso em: 21 mar. 2025.

MUNAKATA, K. Livro didático como indício da cultura escolar. **História da Educação**, Porto Alegre, v. 20, n. 50, p. 119-138, set. 2016. DOI 10.1590/2236-3459/624037.

PODCAST vs Videocast: qual a diferença. [S. l.]: Comunique-se, 2022. Disponível em: <https://www.comunique-se.com.br/blog/podcast-vs-videocast-qual-a-diferenca/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

PUGLES, L. P. **Infográfico**. [S. l.]: Brasil Escola, [202?]. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/redacao/genero-textual-infografico.htm>. Acesso em: 19 mar. 2025.

REIS, J. M. dos; ROZADOS, H. B. F. O livro digital: histórico, definições, vantagens e desvantagens. *In*: Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, 19., 2016, Manaus. **Anais [...]**. Manaus: UFAM, 2016. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/4473>. Acesso em: 21 mar. 2025.

RIBEIRO, L. A.; QUELUCI, G. de C. **Passo a passo para elaboração de cartilhas**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2022. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/704485>. Acesso em: 21 mar. 2025.

ROCHA, F. S. M. da; MOTTA, M. S. Recursos audiovisuais na educação: algumas possibilidades em ciências e em matemática. **Caderno Intersaberes**, Curitiba, v. 9, n. 22, p. 99-111, 2020. Disponível em: <https://www.cadernosuninter.com/index.php/intersaberes/article/view/1653>. Acesso em: 21 mar. 2025.

SANTOS, K. M.; MIRANDA, J. C.; GONZAGA, G. R. A fotografia como recurso didático. **Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 1-6, jan. 2018. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/edicoes/18/1>. Acesso em: 21 mar. 2025.

CAPÍTULO 7: SOFTWARE OU APLICATIVO (PROGRAMA DE COMPUTADOR)

Definição

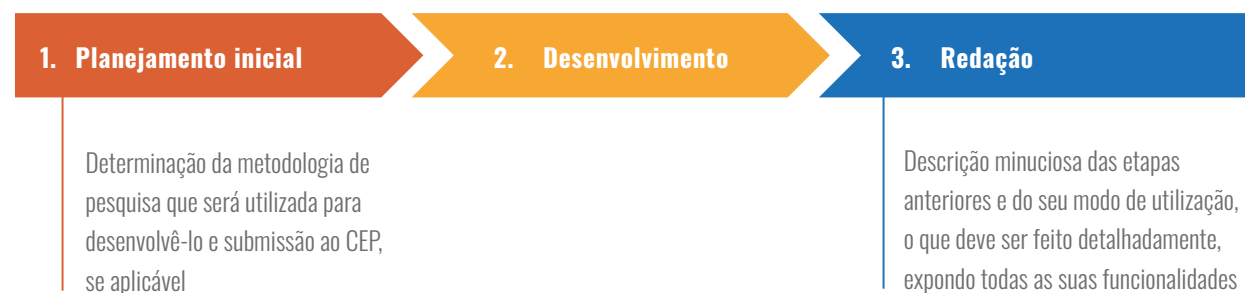
A Capes considera software como sendo um:

Conjunto de instruções ou declarações a serem usadas direta ou indiretamente por um computador a fim de obter determinado resultado. Ele é composto por um código-fonte desenvolvido em alguma linguagem de programação (Brasil, 2019, p. 45).

Etapas de elaboração

A elaboração do software ou aplicativo deve seguir, no mínimo, três passos (Figura 13). O primeiro é o planejamento, no qual é eleito o método a ser utilizado para desenvolvê-lo e, se aplicável, realizada a submissão do projeto a um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). O passo seguinte é o seu desenvolvimento propriamente dito. O último envolve a descrição minuciosa das etapas anteriores e seu modo de utilização, o que deve ser feito detalhadamente, expondo todas as suas funcionalidades.

Figura 13. Etapas de elaboração de software ou aplicativo



Fonte: elaboração do INCA.

Legenda: CEP — Comitê de Ética em Pesquisa.

Vale ressaltar que o seu registro no Inpi, por força da Lei de Direito Autoral (Brasil, 1998a), da Lei de Software (Brasil, 1998b) e do Decreto n.º 2.556/1998 (Brasil, 1998c), é a forma mais segura de garantir propriedade e provar autoria. Antes de fazê-lo, contate a AGI do INCA para receber as instruções apropriadas.

Características da redação

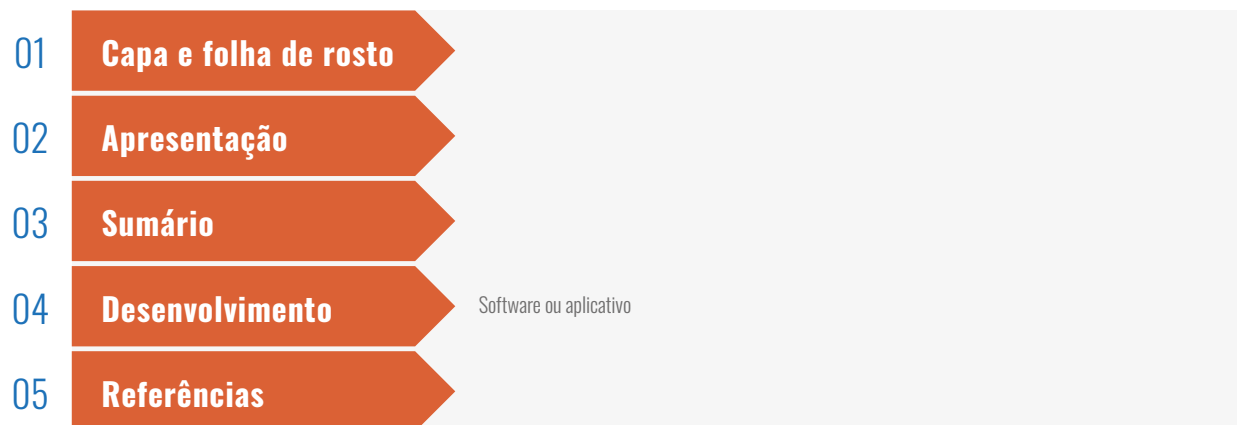
O software ou aplicativo deve ser meticulosamente descrito por meio de um texto instrucional, que apresenta uma série de ações, explicando e esclarecendo a sequência delas. Em outras palavras, o texto deve demonstrar como utilizar o software ou aplicativo por meio de ordens para executar (ou não) determinadas ações, e, para isso, usam-se formas verbais no imperativo (“instale”, “siga”, “aperte”, “informe” etc.).

Estrutura

Deverá ser entregue separadamente à Secretaria do PPGCan um relatório sobre o desenvolvimento do software ou aplicativo, que poderá apresentar o protótipo ou o piloto que foi desenvolvido. O relatório deve envolver a descrição das etapas diagnóstica e de construção e conter, mínima e obrigatoriamente, os seguintes tópicos (Figura 14), conforme modelo:

- **Capa.**
- **Folha de rosto.**
- **Apresentação** breve dos objetivos, métodos e principais resultados da dissertação que originou o software ou aplicativo, além de linha e projeto de pesquisa a que está vinculado no PPGCan, idioma em que está disponibilizado e link para acesso na internet.
- **Sumário.**
- **Software ou aplicativo** apresentado por meio da imagem de cada etapa de uso, desde a primeira, com seu layout inicial, até a última, contendo a obtenção do resultado almejado, sempre acompanhadas de instruções pertinentes.
- **Referências bibliográficas.**

Figura 14. Estrutura de elaboração de software ou aplicativo



Fonte: elaboração do INCA.

Localização na dissertação

O software ou aplicativo é parte da dissertação e, por esse motivo, deve compor a seção de resultados ou o apêndice. Se apresentado nos resultados, os elementos pré-textuais e pós-textuais descritos na seção anterior podem ser suprimidos da dissertação apresentada aos membros da banca examinadora, mas deverão estar presentes na versão final entregue à Secretaria do PPGCan, após a defesa. Como apêndice, deve ser apresentado com todos os elementos pré-textuais e pós-textuais. Além disso, um link para acessar o software ou aplicativo na internet deve estar disponível, inclusive após o resumo da dissertação.

Quadro 9. Resumo de software ou aplicativo

QUADRO-RESUMO: SOFTWARE OU APLICATIVO	
Instância do INCA responsável pela avaliação da proposta	AGI
Cadastro Sucupira	Tipo 7. Software ou aplicativo (em caso de produto não patenteável) Tipo 3. Tecnologia social (em caso de software de tecnologia social)
Documentos Sucupira	Se Tipo 7 , código-fonte, código executável (se possível), declaração emitida pela organização demandante ou cliente (se existir), manual de operação técnica (se existir) Se Tipo 3 , declarações emitidas pelos representantes das comunidades beneficiadas, declarações emitidas pelos patrocinadores ou financiadores (se existirem), descrição da tecnologia social e de quaisquer outros documentos emitidos por órgãos públicos ou privados que indiquem a transformação social e seus benefícios
Currículo Lattes	Produções – produção técnica – programa de computador sem registro Em dados gerais: natureza, escolha computacional (software voltado para a utilização em computadores), multimídia (software desenvolvido como aplicativo multimídia) ou outros (aplicativos para smartphones, e-readers etc.) Se Tipo 3 , acrescentar em título: tecnologia social – nome do aplicativo

Fonte: elaboração do INCA.

Legenda: AGI — Agência de Inovação.

Referências

BRASIL. **Decreto nº 2.556, de 20 de abril de 1998.** Regulamenta o registro previsto no art. 3º da Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1998c. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2556.htm. Acesso em: 21 mar. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998.** Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1998b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19609.htm. Acesso em: 21 mar. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.** Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1998a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm. Acesso em: 21 mar. 2025.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Produção Técnica:** grupo de trabalho. Brasília, DF: CAPES, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-producao-tecnica-pdf>. Acesso em: 19 mar. 2025.

CAPÍTULO 8: RELATÓRIO TÉCNICO CONCLUSIVO

Definição

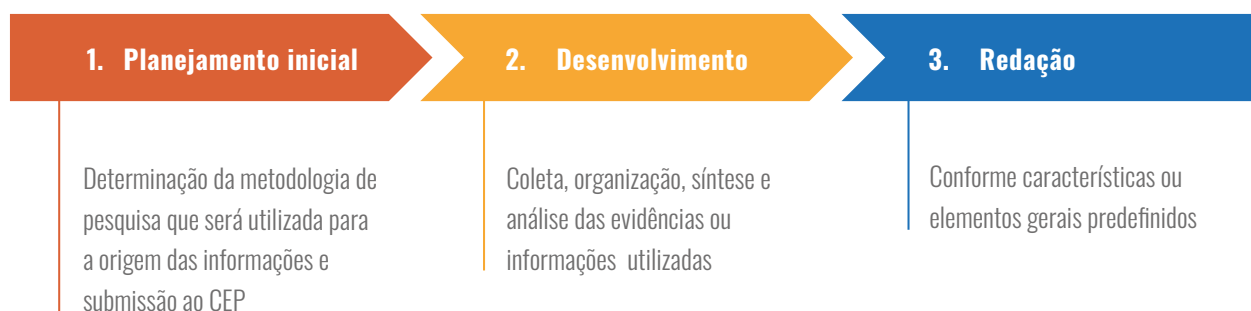
Para a Capes, o relatório técnico conclusivo é um:

[...] texto elaborado de maneira concisa, contendo informações sobre o projeto/atividade realizado, desde seu planejamento até as conclusões. Indica em seu conteúdo a relevância dos resultados e conclusão em termos de impacto social e/ou econômico e a aplicação do conhecimento produzido (Brasil, 2019, p. 52).

Etapas de elaboração de um relatório técnico conclusivo

A elaboração do relatório técnico conclusivo deve seguir três passos, conforme demonstrado na Figura 15.

Figura 15. Etapas de elaboração de um relatório técnico conclusivo



Fonte: elaboração do INCA.

Legenda: CEP — Comitê de Ética em Pesquisa.

Características da redação

O relatório deverá ser escrito com base no rigor científico e metodológico, necessário aos textos acadêmicos:

- Redação do texto com expressão objetiva e linguagem acurada em relação à gramática, à coesão, ao estilo e à clareza.
- Formatação conforme as normas da ABNT quanto à elaboração, à estruturação, à documentação, às citações, às referências e à apresentação.
- Coerência interna do texto, sobretudo no que se refere ao conteúdo, aos conceitos e à linguagem.
- Reflexão crítica sobre o projeto como um todo, particularmente sobre seus itens essenciais.
- Revisão do relatório por um especialista em sua versão final a ser entregue ou divulgada.

Estrutura

Deverá ser entregue separadamente à Secretaria do PPGCan um relatório contendo, mínima e obrigatoriamente, os seguintes tópicos (Figura 16), conforme modelo:

- **Capa e folha de rosto.**
- **Apresentação** — contém informações gerais sobre o que vai ser relatado; público-alvo; descrição da linha e do projeto de pesquisa do PPGCan em que o trabalho está inserido, além das informações obrigatórias para a Capes.
- **Sumário** — consiste na enumeração das principais divisões (com títulos, seções etc.), na mesma ordem em que o conteúdo foi disposto, acrescida da indicação da página inicial das respectivas divisões.
- **Desenvolvimento contendo:**
 - » *Introdução ou contexto e justificativa:* considerações a respeito da problemática e/ou do contexto, bem como a justificativa para a execução da proposta.
 - » *Objetivos:* geral e específicos, se pertinentes.
 - » *Métodos:* explicação e análise da metodologia adotada, ou, segundo denominação recorrente, dos procedimentos metodológicos, explicitando se esses procedimentos foram adequados.
 - » *Resultados:* referência sintética aos resultados mais importantes para o público a que se destina o relatório.
 - » *Breve discussão com recomendações (ou análise crítica):* além de uma breve discussão, numa perspectiva de análise, é importante especificar possíveis recomendações.
- **Conclusões ou considerações finais** — apresentação obrigatória de conclusões, relatando os principais resultados gerais ou comprovando as hipóteses, se for o caso. As conclusões expressam também o posicionamento do autor ou da equipe executora quanto à sua percepção dos resultados.
- **Referências.**
- **Apêndices e anexos.**

Figura 16. Estrutura do relatório técnico conclusivo



Localização do relatório técnico conclusivo na dissertação

O PTT é parte da dissertação, podendo ser inserido na seção de resultados ou como apêndice. Caso seja inserido como resultados, as duas capas e o sumário do relatório podem ser suprimidos. Nesse caso, esses elementos pré-textuais e pós-textuais deverão ser criados para o envio do material final (conforme modelo disponibilizado pelo Programa), após a defesa, ao PPGCan. Caso seja inserido como apêndice, deverá apresentar o modelo completo, incluindo as duas capas e o sumário.

Quadro 10. Resumo de relatório técnico conclusivo

QUADRO-RESUMO: RELATÓRIO TÉCNICO CONCLUSIVO	
Cadastro Sucupira	<p>Tipo 10. Relatório técnico conclusivo</p> <p>Subtipos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Relatório técnico conclusivo <i>per se</i> 2. Processos de gestão elaborados 3. Pesquisa de mercado elaborada 4. Simulações, cenarização e jogos aplicados 5. Valoração de tecnologia elaborada 6. Modelo de negócio inovador elaborado 7. Ferramenta gerencial elaborada 8. Pareceres e/ou notas técnicas sobre vigência, aplicação ou interpretação de normas elaborados
Documentos Sucupira	O relatório elaborado e, se existir, uma declaração solicitando o relatório pela organização demandante ou cliente
Currículo Lattes	<p>Produções – produção técnica – trabalhos técnicos</p> <p>Em dados gerais: natureza, têm-se as seguintes opções, devendo ser observadas as equivalências apresentadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Parecer (8. pareceres e/ou notas técnicas sobre vigência, aplicação ou interpretação de normas elaborados) • Elaboração de projeto (2. processos de gestão elaborados; 3. pesquisa de mercado elaborada; 5. valoração de tecnologia elaborada; 6. modelo de negócio inovador elaborado; 7. ferramenta gerencial elaborada) • Relatório técnico (1. relatório técnico conclusivo <i>per se</i>; 4. simulações, cenarização e jogos aplicados) • Serviços na área da saúde (1. relatório técnico conclusivo <i>per se</i>) • Extensão tecnológica (1. relatório técnico conclusivo <i>per se</i>) • Outra

Fonte: elaboração do INCA.

Referência

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Produção Técnica:** grupo de trabalho. Brasília, DF: CAPES, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-producao-tecnica-pdf>. Acesso em: 19 mar. 2025.

CAPÍTULO 9: MANUAL OU PROTOCOLO

Definição

Manual é um conjunto de informações, instruções, decisões, normas e regras que se aplica a determinada atividade com o objetivo de padronizar rotinas e orientar a aplicação de técnicas, métodos e práticas. Protocolo é um documento que orienta ou instrui, com informações práticas, o uso de um dispositivo, a correção de problemas ou o modo como se deve atuar em certos procedimentos de trabalho. Pode existir nos formatos de livro, guia pequeno, documento, normativa ou procedimento operacional padrão (POP), impressos ou digitais (Brasil, 2019). Ambos, dentro do manual de normas de publicações do Ministério da Saúde, integram a categoria dos livros (Brasil, 2018).

Etapas de elaboração

Para elaboração de manuais e protocolos, devem ser seguidas diferentes etapas e subetapas (Echer, 2005; Teles *et al.*, 2014). As etapas mínimas sugeridas pelo PPGCan para a elaboração desse tipo de PTT estão descritas na Figura 17.

ETAPA 1) PLANEJAMENTO INICIAL

O primeiro passo para a construção de um manual é a elaboração do projeto de pesquisa com toda a descrição do caminho metodológico que será necessário percorrer para essa finalidade, bem como a sua submissão e aprovação por um CEP (Echer, 2005).

Figura 17. Etapas para elaboração de manuais e protocolos



Fonte: adaptado de Teles *et al.*, 2014.

Legenda: CEP — Comitê de Ética em Pesquisa. *Validação mínima exigida para esse tipo de PTT no PPGCan.

ETAPA 2) DESENVOLVIMENTO

Essa fase envolve duas diferentes subetapas:

- Coleta, organização, síntese e análise das evidências e informações utilizadas para seu desenvolvimento — primeiramente, é necessário que os pesquisadores se aproximem da realidade das comunidades ou grupos-alvo, para que, a partir daí, tenham condições de construir seu processo de trabalho de maneira mais adequada (Tancredi; Barrios; Ferreira, 1998). Posteriormente, é necessário buscar na literatura especializada o conhecimento científico existente sobre o assunto por meio de um levantamento bibliográfico. A partir do fichamento das referências resgatadas, devem ser definidos conceitos e domínios importantes, que vão compor o manual ou protocolo (Silva, 2001).
- Redação, desenvolvimento de ilustrações (se aplicável), diagramação, formatação e revisão do produto — para a redação do manual ou protocolo, é necessário selecionar quais informações encontradas na literatura realmente são importantes para constar no manual ou protocolo, porque ele precisa ser atrativo, objetivo, não pode ser muito extenso, mas deve dar uma orientação significativa sobre o tema a que se propõe; precisa ser de fácil compreensão e, para isso, é importante que o pesquisador busque tornar a linguagem das informações acessíveis ao seu público-alvo.

Devem ser utilizadas, sempre que possível, figuras e ilustrações baseadas na leitura reflexiva, ou seja, a partir do referencial bibliográfico fichado e dos principais assuntos abordados no manual. Exemplo em caso de ilustrações: tomando como base um estudo desenvolvido por Teles *et al.* (2014), foi verificado que os autores propuseram a um desenhista profissional a maneira como os conteúdos deveriam ser ilustrados. Em seguida os desenhos foram feitos manualmente, pré-finalizados com uso de caneta nanquim, enviados à pesquisadora para aprovação e, após aprovados, finalizados por meio de pintura digital com o programa *Adobe Photoshop*.

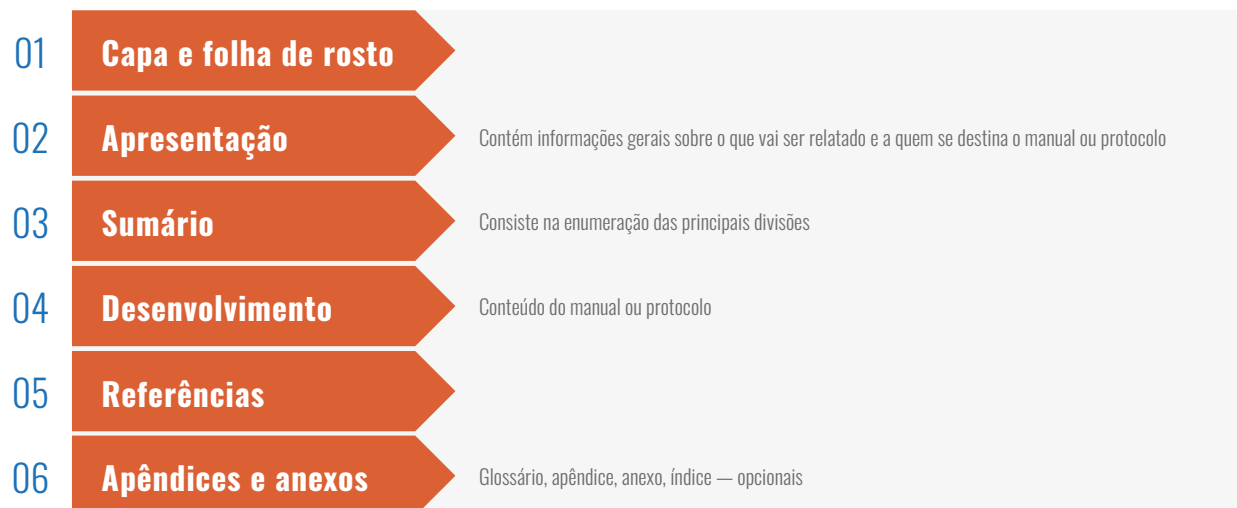
Deve ser realizada uma diagramação apropriada, utilizando-se de um conjunto de técnicas e práticas que têm por finalidade distribuir e organizar os elementos em uma página, principalmente textos e imagens. Além disso, deve ser destacado que, no caso dos livros, esses precisam ser compostos por alguns elementos-chave (Brasil, 2018) e formatados conforme as normas da ABNT vigentes (consultar o Núcleo de Sistema Integrado de Bibliotecas — NSIB — do INCA pelo e-mail biblioteca1@inca.gov.br). Recomenda-se que seu protótipo seja revisado por um profissional.

São elementos do manual ou protocolo:

- **Capa e folha de rosto** — elementos obrigatórios.
- **Apresentação** — elemento obrigatório. Contém informações gerais sobre o que vai ser relatado e a quem se destina. É necessário que traga a informação de que o relatório é produto do mestrado do discente. Além disso, deve conter informações obrigatórias exigidas pela Capes.
- **Sumário** — elemento obrigatório. Consiste na enumeração das principais divisões (com títulos, seções etc.), na mesma ordem em que a matéria é distribuída no relatório, acrescida da indicação da página inicial das respectivas divisões.
- **Conteúdo** — elemento obrigatório.

- **Referências** — elementos obrigatórios, a serem apresentados em acordo com as normas vigentes da ABNT (consultar NSBI do INCA).
- **Glossário, apêndice, anexo e índice** — elementos opcionais.

Figura 18. Estrutura do manual ou protocolo



Fonte: adaptado de Brasil, 2018.

ETAPA 3) VALIDAÇÃO

Há dezenas de tipos de validação. No entanto, recomenda-se, dentro do PPGCan, que se contemplem, no mínimo, as subetapas descritas a seguir.

AValiação por Especialistas e Adequação do Produto

Para especialistas participarem, deve haver primeiramente a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), a entrega do material elaborado e de um questionário que tem por finalidade avaliar o conteúdo, a clareza das instruções e a importância desse material como um todo. Podem ser utilizadas escalas *likert* para opções de resposta e destinados espaços para sugestões de mudanças. Assim, o índice de validade de conteúdo (IVC) ou coeficiente de validade de conteúdo (CVC) podem ser utilizados para validação item a item e para validação global do instrumento, seguindo o ponto de corte que os pesquisadores definirem, com embasamento em literatura. Os pesquisadores devem analisar as sugestões e incorporar o que for pertinente. Em seguida, podem ser feitas diversas rodadas para avaliação de especialistas até a obtenção do consenso.

AValiação de Índice de Legibilidade

Deve ser realizada a avaliação do índice de legibilidade do texto escrito quando esse é destinado ao público leigo (Flesch, 2001). Tal avaliação pode ser feita com a utilização de diferentes ferramentas. Por exemplo: tomando novamente como base um estudo desenvolvido por Teles *et al.* (2014), verificou-se que os autores definiram que o índice de legibilidade de Flesch (ILF) aceitável para o manual, por meio do Revisor Gramatical Automático para o Português (ReGra), ferramenta do Microsoft Word, foi de 50 a 100%, permitindo leitura

fácil ou muito fácil. Dessa forma, após a elaboração textual do manual e a incorporação das sugestões realizadas, foi traçada a medida do ILF de cada tópico. Caso a medida fosse inferior a 50, o tópico seria reelaborado, procurando-se reduzir frases e substituir palavras até alcançar o ponto de corte estipulado.

Localização do manual ou protocolo na dissertação

O manual ou protocolo, enquanto PTT, é parte da dissertação, devendo ser inserido na seção de resultados ou como apêndice. Caso inserido como resultado, os elementos pré-textuais e pós-textuais podem ser suprimidos. Contudo, nesses casos, tais elementos deverão ser criados para o envio do material final, após a defesa, ao PPGCan. Caso inserido como apêndice, deverá apresentar o modelo completo, incluindo todos os elementos estruturais do produto.

Quadro 11. Resumo do manual ou protocolo

QUADRO-RESUMO: MANUAL OU PROTOCOLO	
Instância do INCA responsável pela avaliação da proposta	Divisão de Ensino Stricto Sensu da Coordenação de Ensino para orientar quanto à aplicação de normas específicas para cada tipo de produto
Cadastro Sucupira	Tipo 11. Manual ou protocolo Subtipo 1: Protocolo tecnológico experimental, aplicação ou adequação tecnológica Subtipo 2: Manual de operação técnica
Documentos Sucupira	O próprio manual ou protocolo
Currículo Lattes	Se manual: produções – produção técnica – produtos Tipo: piloto (versão inicial da ideia do manual), projeto (projeto descrevendo o manual pronto), protótipo (primeira versão do manual, ainda em teste), outro Natureza: outra Se protocolo: produções – produção técnica – outra produção técnica Em dados gerais – natureza, escrever: protocolo tecnológico experimental ou aplicação ou adequação tecnológica

Fonte: elaboração do INCA.

Referências

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Produção Técnica:** grupo de trabalho. Brasília, DF: CAPES, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-producao-tecnica-pdf>. Acesso em: 19 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Subsecretaria de Assuntos Administrativos. **Procedimentos para Normalização de Publicações do Ministério da Saúde.** 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/procedimentos_normalizacao_publicacoes_ministerio_saude_2ed.pdf. Acesso em: 25 mar. 2025.

ECHER, I. C. Elaboração de manuais de orientação para o cuidado em saúde. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 13, n. 5, p. 754-757, out. 2005. DOI 10.1590/S0104-11692005000500022.

FLESCHE, R. Let's start with the formula. *In*: UNIVERSITY OF CANTERBURY. **How to write plain English**. 2nd. ed. Christchurch, Nova Zelândia: [s. n.], 2001. Disponível em: <https://pages.stern.nyu.edu/~wstarbuc/Writing/Flesch.htm>. Acesso em: 25 mar. 2025.

SILVA, L. M. G. Breve reflexão sobre autocuidado no planejamento de alta hospitalar pós-Transplante de medula óssea (TMO): relato de caso. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 9, n. 4, 75-82, jul. 2001. DOI 10.1590/S0104-11692001000400013.

TANCREDI, F. B.; BARRIOS, S. R. L.; FERREIRA, J. H. G. Fazendo um diagnóstico da situação de saúde da população e dos serviços de saúde. *In*: TANCREDI, F. B.; BARRIOS, S. R. L.; FERREIRA, J. H. G. **Planejamento em saúde**. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 1998. p. 19-26.

TELES, L. M. R. *et al.* Construção e validação de manual educativo para acompanhantes durante o trabalho de parto e parto. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 48, n. 6, p. 977-984, 2014. DOI 10.1590/S0080-623420140000700003.

CAPÍTULO 10: PRODUTO DE COMUNICAÇÃO

Definição

Entende-se como produto de comunicação o meio pelo qual a comunicação entre indivíduos ou grupos é intermediada. Para a Capes:

O produto implica na existência de um intermediário tecnológico para que a comunicação se realize. Trata-se, portanto, de produto mediatizado. Mídia compreende o conjunto das emissoras de rádio e de televisão, de jornais e de revistas, do cinema e das outras formas de comunicação de massa, bem como, das recentes mídias sociais em suas diversas plataformas (Brasil, 2019, p. 63).

Como um produto mediatizado, podem ser utilizados diferentes canais de comunicação em massa para alcançar o público-alvo (Ramos, 2024). Para o PPGCan, o produto deve estar relacionado à área da saúde coletiva e do controle do câncer, além de estar vinculado aos objetivos do Programa (Instituto Nacional de Câncer, 2022).

Exemplos de produtos de comunicação

Os produtos de comunicação podem se apresentar de diversas maneiras, incluindo programas de mídia em geral, que são transmitidos por televisão, rádio ou diferentes plataformas digitais. Esses programas abrangem uma ampla gama de conteúdo. Ademais, existem também produções específicas relacionadas a veículos de comunicação, como jornais e revistas, que abordam temas variados e questões pertinentes ao seu público-alvo (Ramos, 2024). São exemplos de produtos de comunicação:

- **Programa de mídia** — produto que se utiliza de meios tradicionais, como emissoras de rádio e televisão, jornais e revistas, assim como cinema, para a transmissão de informações.
- **Programas de veículos de comunicação** — produto que propõe conteúdos organizados para serem transmitidos de forma estruturada, como entrevistas e debates, em emissoras de rádio, rádio on-line, televisão, TV na web (Pinheiro; Aires, 2023).
- **Programas de mídia social** — produtos criados para plataformas digitais que possibilitam a interação entre os usuários, facilitando o compartilhamento e a criação colaborativa de conteúdos em diversos formatos. Exemplos incluem vídeos no YouTube, podcasts e transmissões ao vivo em redes sociais, entre outros. As mídias sociais permitem que qualquer pessoa publique conteúdos, além de instituições em perfis oficiais, proporcionando uma comunicação mais direta e dinâmica com o público e diminuindo os custos de distribuição de informações.

Etapas de elaboração do produto de comunicação

A elaboração de um produto de comunicação deve ser executada de maneira clara, garantindo a precisão dos objetivos e empregando uma linguagem apropriada para os diversos públicos que se deseja alcançar.

É essencial que a ética coletiva seja priorizada, valorizando a natureza pública e comunitária do produto elaborado, além de sua relevância social (Brasil, 2006).

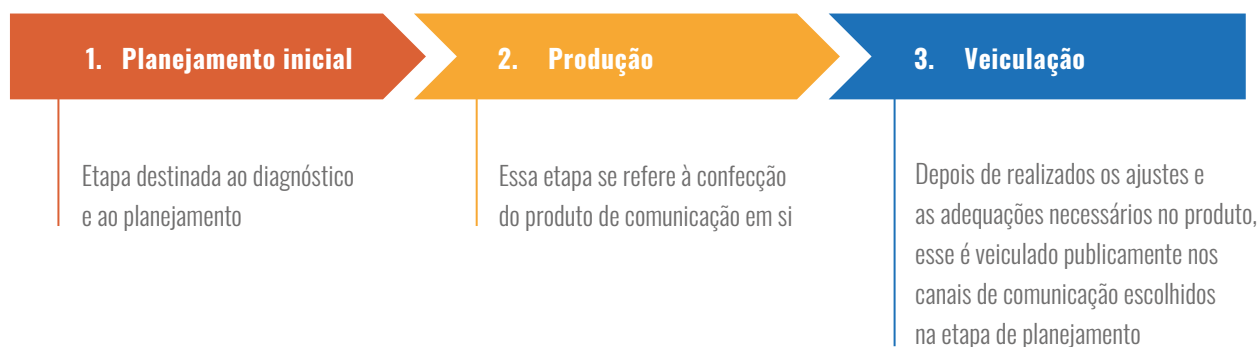
Na elaboração do produto de comunicação, é fundamental considerar as diferentes circunstâncias que podem surgir em razão da diversidade do público que terá acesso a esse material. É necessário avaliar as variadas dimensões — educacionais, profissionais e culturais — e entender como isso influencia a capacidade desses indivíduos em interpretar textos (Brasil, 2021a).

Para que uma informação realmente capte a atenção do leitor, é essencial que ela seja apresentada de maneira clara, concisa, precisa e fluida (Brasil, 2021a). A atenção dada à construção do texto, levando em conta a clareza e a qualidade das informações, garante que o material se mantenha relevante e econômico, promovendo o acesso democrático ao conhecimento em saúde. Isso também contribui para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), que envolve a colaboração de diversos segmentos da sociedade (Brasil, 2021b).

O responsável pela elaboração do conteúdo, como autor intelectual do produto, deve assumir a responsabilidade pela concepção e pelo conteúdo do material. Além disso, é imprescindível que ele garanta o cumprimento da legislação sobre direitos autorais em relação às informações e aos conteúdos apresentados, assegurando que sejam atualizados e oportunos para divulgação (Brasil, 2006).

Para a elaboração do PTT, os autores (discentes e docentes) deverão coletar dados a partir de pesquisas, revisões de literatura, estudos, observações ou outros métodos de apreensão do conhecimento, com o intuito de determinar o público-alvo ao qual as informações deverão ser direcionadas prioritariamente. Em seguida, será concebido o produto de comunicação, e serão elaborados os textos, o roteiro (se aplicável), os conteúdos, os participantes e outros elementos necessários (Figura 19).

Figura 19. Etapas de elaboração do produto de comunicação



Fonte: elaboração do INCA.

ETAPA 1) DIAGNÓSTICO E PLANEJAMENTO

Definição da abordagem de pesquisa que será empregada para a coleta de dados (por meio de revisão sistemática de literatura, estudos epidemiológicos, avaliações econômicas, análises documentais, entrevistas, entre outros) que será incluída no relatório inicial, seguida da definição do público-alvo.

Ao identificar o público-alvo e a finalidade da comunicação, o passo seguinte é a especificação do produto que será desenvolvido (Fundação Oswaldo Cruz, [2020?]).

ETAPA 2) PRODUÇÃO

Nessa etapa, será confeccionado o produto de comunicação propriamente dito. Para tanto, é fundamental definir o meio de veiculação e distribuição midiática que será utilizado, os conteúdos, os roteiros, os participantes, os recursos financeiros e os materiais necessários para a execução da proposta. O produto deverá ser criado em linguagem simples e educativa, evitando incompreensões durante o ato comunicacional. Sempre que possível, é aconselhável a utilização de múltiplas mídias para a transmissão da mesma mensagem, de forma que uma mídia complemente e ratifique a outra (Fundação Oswaldo Cruz, [2020?]).

É importante que os conteúdos técnicos sejam validados por áreas de especialidade, a fim de garantir a qualidade da informação comunicada. Recomenda-se, também, que o Secomso do INCA seja consultado quanto aos critérios institucionais para a produção do material. Até esse momento, o produto é considerado um protótipo ou piloto.

O protótipo do produto de comunicação poderá ser colocado em teste ainda nessa etapa. Nesse caso, o produto de comunicação deverá ser apresentado para um público-alvo limitado, ainda dentro do contexto da pesquisa. Estratégias de avaliação do conteúdo (usabilidade) e da satisfação do usuário com as informações recebidas devem ser adotadas. Os resultados da avaliação devem ser descritos, e eventuais ajustes e adequações ao produto elaborado poderão acontecer.

ETAPA 3) VEICULAÇÃO

Após realizar as devidas correções e os ajustes no produto desenvolvido, esse poderá ser divulgado publicamente nos canais de comunicação que foram selecionados na fase de planejamento. Nesses casos, o produto de comunicação será considerado finalizado e implantado. Informações relacionadas a essa etapa deverão estar descritas no relatório final do PTT apresentado.

É importante lembrar que etapas adicionais podem ser incorporadas à produção, como: tradução ou inclusão de legenda do conteúdo para outros idiomas; estratégias para garantia de equidade, inclusão e acessibilidade; definição de indicadores de monitoramento e avaliação relativos ao alcance do produto ao longo do tempo. Quando incluídas, essas etapas adicionais deverão estar relatadas no documento final apresentado.

Características e elementos gerais da redação do produto

O relatório do produto de comunicação poderá apresentar:

- **Protótipo ou piloto que foi desenvolvido** — envolve a descrição das etapas até a obtenção da versão inicial ou preliminar do produto de comunicação elaborado.
- **Teste** — envolve a descrição das etapas até a realização da validação dos conteúdos e testes do produto de comunicação elaborado.
- **Produto finalizado ou implantado** — envolve a descrição de todas as etapas do produto de comunicação elaborado.

Independentemente do estágio de desenvolvimento, o relatório deverá ser escrito com base no rigor científico e metodológico, necessário aos textos acadêmicos:

- Redação do texto com expressão objetiva e linguagem acurada em relação à gramática, à coesão, ao estilo e à clareza.
- Formatação conforme as normas da ABNT quanto à elaboração, à estruturação, à documentação, às citações, às referências e à apresentação.
- Coerência interna do texto, sobretudo no que se refere ao conteúdo, aos conceitos e à linguagem.

Recomenda-se que o relatório seja revisado por um especialista em sua versão final a ser entregue ou divulgada.

Aplicação de marcas em produtos de comunicação

Os produtos de comunicação desenvolvidos como PTT no âmbito do PPGCan deverão seguir os fluxos institucionais relacionados à aplicação correta da assinatura do INCA e do governo federal (se cabível), considerando as características específicas do produto e seguindo as orientações do Secomso.

Estrutura do produto de comunicação

De modo geral, o relatório, apresenta estrutura semelhante à de outros produtos, conforme demonstrado na Figura 20.

Figura 20. Estrutura do relatório do produto de comunicação



Fonte: elaboração do INCA.

Legenda: Capes — Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Localização do produto de comunicação na dissertação

O relatório do produto de comunicação é parte da dissertação, devendo ser inserido na seção de resultados ou como apêndice. Caso inserido como resultados, os elementos pré-textuais e pós-textuais podem ser suprimidos. Contudo, nesses casos, esses elementos deverão ser criados para o envio do material final, após

a defesa, ao PPGCan. Se inserido como apêndice, deverá apresentar o modelo completo, incluindo todos os elementos estruturais do produto.

Considerações importantes

A comunicação representa um direito fundamental, cujo acesso é essencial para o exercício de outros direitos, como o da saúde. Ter o direito de se comunicar implica não apenas receber informações, mas também criar e compartilhar mensagens (Araújo; Cardoso, 2007).

Os produtos de comunicação exercem uma função vital na transmissão de informações relevantes para os diversos grupos sociais, contribuindo significativamente para a formação da opinião pública, a educação e a conscientização acerca de diversas questões sociais (Ramos, 2024). Portanto, é crucial que a produção desses materiais ocorra de maneira ética e responsável, dado o impacto que possuem na sociedade.

Nesse sentido, o elaborador do produto de comunicação deve assegurar a veracidade das informações incluídas nesses materiais e manter a imparcialidade na sua disseminação, respeitando a legislação de direitos autorais, citando as fontes quando utilizar conteúdo previamente publicado ou veiculado.

A responsabilidade pela autoria de qualquer produto de comunicação desenvolvido no PPGCan recai sobre o INCA, que se compromete a reconhecer adequadamente os organizadores, os elaboradores e os colaboradores envolvidos no processo de elaboração. Todos os materiais produzidos pelo INCA são disponibilizados gratuitamente, sendo expressamente proibida a comercialização de qualquer um deles.

Quadro 12. Resumo do produto de comunicação

QUADRO-RESUMO: PRODUTO DE COMUNICAÇÃO	
Instância do INCA responsável pela avaliação da proposta	Secomso
Cadastro Sucupira	Tipo 16. Produto de comunicação
Documentos Sucupira	O produto em si
Currículo Lattes	<p>Depende do artefato de comunicação elaborado:</p> <p>Produções – produção técnica – entrevistas, mesas-redondas, programas e comentários na mídia</p> <p>Em dados gerais: natureza – escolha do programa (desenvolvimento de um programa de um artefato de comunicação) ou outra (para artefatos de comunicação diversos)</p> <p>Obs.: entrevistas e comentários não são considerados pela Capes</p> <p>Produções – produção técnica – redes sociais, websites, blogs</p> <p>Em dados gerais: natureza – escolha da rede social (artefato comunicacional voltado à rede social), fórum (artefato comunicacional no formato de fórum permanente), blog (manutenção de um blog) ou site (manutenção e alimentação de um site)</p>

Fonte: elaboração do INCA.

Legenda: Capes — Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; Secomso — Serviço de Comunicação Social.

Referências

- ARAÚJO, I. S.; CARDOSO, J. M. **Comunicação e Saúde**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007. (Coleção Temas em Saúde).
- BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Produção Técnica**: grupo de trabalho. Brasília, DF: CAPES, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-producao-tecnica-pdf>. Acesso em: 19 mar. 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual de redação e estilo da Editora MS**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2021a. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_redacao_estilo_editora_MS.pdf. Acesso em: 19 mar. 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Orientações para autores institucionais acerca da elaboração e do preparo de textos para publicações oficiais produzidas pelas áreas técnicas do Ministério da Saúde**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2021b. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/orientacoes_autores_elaboracao_preparo_texto.pdf. Acesso em: 19 mar. 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Política editorial do Ministério da Saúde**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2006. (Série B. Textos Básicos de Saúde). Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_editorial_ministerio_saude_1ed_3reip.pdf. Acesso em: 19 mar. 2025.
- FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Campus Virtual. **Instrumentos para o enfrentamento de emergências de saúde pública no contexto da sociedade civil**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, [2020?]. Disponível em: <https://mooc.campusvirtual.fiocruz.br/rea/enfrentamento-de-emergencias/index.html>. Acesso em: 25 mar. 2025.
- INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER (Brasil). **Produto Técnico Tecnológico**. Rio de Janeiro: INCA, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inca/pt-br/assuntos/ensino/mestrado-e-doutorado/ppgcan/produto-tecnico-tecnologico>. Acesso em: 25 mar. 2025.
- PINHEIRO, F. F. P. S.; AIRES, J. P. Elaboração de produtos educacionais no mestrado profissional em ensino: exemplificando os tipos de produtos. **Contribuciones a Las Ciencias Sociales**, São José dos Pinhais, v. 16, n. 8, p. 12151-12168, 2023. DOI 10.55905/revconv.16n.8-184.
- RAMOS, A. C. *et al.* **Produtos técnicos e tecnológicos**: da graduação à pós-graduação. Vila velha: Universidade Vila Velha, 2024.

CAPÍTULO 11: PROCESSO OU TECNOLOGIA E PRODUTO OU MATERIAL NÃO PATENTEÁVEIS

Definição

A Capes considera itens não patenteáveis os:

Produtos e/ou processos tecnológicos que, por impedimentos legais, não apresentam um mecanismo formal de proteção em território brasileiro, incluindo quaisquer ativos de propriedade intelectual, como, por exemplo, métodos terapêuticos e cirúrgicos (Brasil, 2019, p. 72).

Os processos ou tecnologias e produtos ou materiais não patenteáveis são aqueles que **não** atendem aos requisitos para requerimento de patentes, a saber: (i) aplicação industrial; (ii) novidade; e (iii) atividade inventiva (INPI, 2016). Essa análise deve ser feita, primariamente, pela AGI. Nos casos em que a patente não for recomendada, será analisada a possibilidade de requerimento de registro de direitos autorais, quando cabível (Fernandes *et al.*, 2008). Nessas condições, o sigilo quanto à elaboração do processo ou tecnologia e produto ou material poderá ser necessário, até que o referido registro seja obtido.

Quando se tratar de um **processo ou tecnologia** não patenteáveis, uma formalização da sequência de etapas, representada por fluxos de atividades, deve ser realizada. Essa é uma condição importante para diferenciar esse de outros tipos de processos ou tecnologias. Existem seis opções de processos ou tecnologias não patenteáveis (Souza; Silvino; Souza, 2020) a serem desenvolvidas:

- **Analítica** — caracteriza-se por uma sequência de etapas destinadas a coletar e a decompor dados para análise.
- **Instrumental** — caracteriza-se por uma sequência de etapas que emprega um ou mais instrumentos para alcance de um resultado.
- **Pedagógica** — caracteriza-se por uma sequência de etapas destinadas ao alcance de metas e objetivos pedagógicos.
- **Processual** — caracteriza-se por uma sequência de etapas destinadas à apresentação de um processo administrativo, gerencial ou judicial.
- **Terapêutica** — caracteriza-se por uma sequência de etapas com a finalidade de obtenção de resultados diagnósticos ou terapêuticos.
- **Outras** — processos ou tecnologias que não se enquadram nas opções anteriores.

O **produto ou material** não patenteáveis são conceituados como algo tangível (físico). Cabe destacar que um produto pode ser composto por vários materiais. Ademais, é elaborado por uma sequência de ideias e etapas, que serão aplicadas no processo de produção. Ou seja, um produto ou material não patenteáveis envolvem tanto a descrição dos processos envolvidos no seu desenvolvimento quanto a sua própria apresentação. Adicionalmente, recomenda-se que seja incluído o manual de uso do produto ou material desenvolvido.

Existem cinco opções de produtos ou materiais não patenteáveis (Souza; Silvino; Souza, 2020) a serem desenvolvidas:

- **Aparelho** — conjunto de materiais que formam um produto com determinada finalidade.
- **Instrumento** — material ou aparelho que realiza determinada função ou que é usado para avaliar, analisar, observar ou medir algo.
- **Equipamento** — conjunto de objetos ou instalações utilizadas para o desenvolvimento de uma atividade ou função.
- **Fármaco e similares** — preparado farmacêutico ou medicamento propriamente dito.
- **Outros** — produtos ou materiais que não se enquadram nas opções anteriores.

Etapas de elaboração

A elaboração de processos ou tecnologias e produtos ou materiais não patenteáveis é um procedimento que envolve diferentes etapas e elementos, dependendo da natureza do que for desenvolvido. Nessa perspectiva, é fundamental que os autores delimitem claramente a fundamentação teórica e os procedimentos metodológicos utilizados no desenvolvimento do projeto.

A elaboração de processos ou tecnologias não patenteáveis deve considerar todas as ferramentas e os métodos necessários ao seu desenvolvimento. Nessa concepção, os seguintes elementos mínimos devem ser apresentados:

- **Delimitação do objeto** — apresentar claramente o processo ou tecnologia que será modelado ou remodelado, definindo a sua natureza (analítica, instrumental, pedagógica, processual, terapêutica ou outra).
- **Situação-problema** — identificar o problema, apresentar a demanda ou a necessidade a ser solucionada, mapear os processos ou tecnologias em vigência (O que está sendo adotado? Como está sendo adotado? Quais resultados estão sendo alcançados?), identificar as metas e objetivos a serem alcançados com a proposta.
- **Desenvolvimento** — apresentar as ferramentas e os métodos utilizados para propor soluções ao problema identificado, modelando ou remodelando o processo ou tecnologia. Nessa etapa, será apresentado o fluxograma do processos. O fluxograma elaborado poderá ser submetido às etapas de validação e testes. Nesses casos, essas etapas deverão ser descritas.
- **Implementação** — descrever como foi realizada a implementação do fluxo ou quais estratégias deverão ser utilizadas para garantir a sua implementação. Nos casos em que a implementação já aconteceu, é recomendada a apresentação dos seus resultados.
- **Monitoramento e melhoria do processo** — apresentar as ferramentas que poderão ser utilizadas para o monitoramento do processo ou tecnologia elaborado, visando ao seu aperfeiçoamento e à melhoria contínua.

De forma geral, a elaboração de produtos ou materiais deverá apresentar, no mínimo, seis estágios:

- **Concepção da ideia** — fase inicial do projeto, na qual se apresentam os conceitos e a finalidade do produto ou material, com base nas necessidades da sociedade.
- **Delimitação do produto** — fase em que se define claramente o produto que será desenvolvido, assim como o seu escopo. Nessa fase se refinam as ideias concebidas inicialmente.
- **Prototipagem** — fase em que se apresentam a análise de viabilidade e as estratégias de desenvolvimento do produto ou material, além do mapeamento de risco.
- **Design inicial** — fase em que se apresentam o produto desenvolvido a partir do protótipo. É possível que um produto ou material tenha passado por diversas versões até chegar à forma tangível correta. Caso isso tenha ocorrido, essas versões deverão estar descritas no relatório.
- **Validação e testes** — fase em que se descrevem os métodos e as técnicas utilizados para validar e testar o produto ou material, assim como os resultados obtidos.
- **Design final** — fase em que se descrevem possíveis adaptações realizadas e o produto ou material final obtido. Os autores devem, ainda, apresentar as estratégias necessárias para implementação, comercialização (se aplicável) e difusão do material ou produto elaborado.

Características e elementos gerais da redação do produto

O relatório do processo ou tecnologia e do produto ou material não patenteáveis poderá apresentar (Brasil, 2019):

- **Protótipo ou piloto que foi desenvolvido** — envolve a descrição das etapas até a obtenção da versão inicial ou preliminar do processo ou tecnologia e do produto ou material que foi elaborado.
- **Teste** — envolve a descrição das etapas até a realização da validação e os testes do processo ou tecnologia e do produto ou material elaborado.
- **Produto finalizado ou implantado** — envolve a descrição de todas as etapas do processo ou tecnologia e do produto ou material elaborado.

Independentemente do estágio de desenvolvimento, o relatório deverá ser escrito com base no rigor científico e metodológico, necessário aos textos acadêmicos:

- Redação do texto com expressão objetiva e linguagem acurada em relação à gramática, à coesão, ao estilo e à clareza.
- Formatação conforme as normas da ABNT quanto à elaboração, à estruturação, à documentação, às citações, às referências e à apresentação.
- Coerência interna do texto, sobretudo no que se refere ao conteúdo, aos conceitos e à linguagem.
- Reflexão crítica sobre o projeto como um todo, particularmente sobre seus itens essenciais.

Recomenda-se que o relatório seja revisado por um especialista em sua versão final a ser entregue ou divulgada.

Estrutura do processo ou tecnologia e produto ou material não patenteáveis

De modo geral, o relatório apresenta estrutura semelhante à de outros produtos, conforme demonstrado no modelo da Figura 21 e descrito a seguir:

- **Capa e folha de rosto.**
- **Apresentação** — inclui as informações gerais sobre o produto desenvolvido, a informação de que o processo ou tecnologia e o produto ou material não patenteáveis são resultado do mestrado do discente. Além disso, deve conter a descrição da linha e do projeto de pesquisa do PPGCan em que o produto está inserido.
- **Sumário** — consiste na enumeração das principais divisões (com títulos, seções etc.), na mesma ordem em que a matéria é distribuída no relatório, acrescida da indicação da página inicial das respectivas divisões.
- **Introdução** — apresenta considerações a respeito da problemática, da concepção e da finalidade do processo ou tecnologia e produto ou material não patenteáveis a serem desenvolvidos, bem como a justificativa para execução da proposta. Devem-se descrever a natureza do processo ou tecnologia (analítica, instrumental, pedagógica, processual, terapêutica ou outra) e do produto ou material (aparelho, instrumento, equipamento, fármacos e similares ou outra), e sua modalidade.
- **Objetivos** — apresenta os objetivos do processo ou tecnologia e produto ou material não patenteáveis que foram desenvolvidos.
- **Desenho metodológico** — descreve claramente todas as ferramentas, as técnicas e os métodos utilizados no desenvolvimento do processo ou tecnologia e do produto ou material não patenteáveis. Deve-se considerar a etapa de desenvolvimento do artefato técnico.
- **Resultados** — apresentam-se sinteticamente os resultados mais importantes correspondentes ao estágio do artefato técnico (protótipo ou piloto, teste ou finalizado ou implantado).
- **Implicações práticas** — em uma perspectiva de análise, é importante especificar o potencial de inovação do artefato técnico elaborado.
- **Considerações finais** — apresenta as percepções quanto a: originalidade; contribuições; aplicabilidade, incluindo facilidade e abrangência; e potencial de difusão, comercialização e replicabilidade.
- **Referências** — de acordo com as normas da ABNT.
- **Apêndices e anexos** — podem incluir: declaração emitida pela organização cliente; declaração emitida pela AGI.

Figura 21. Estrutura do relatório de processo ou tecnologia e produto ou material não patenteáveis



Fonte: elaboração do INCA.

Localização do processo ou tecnologia e produto ou material não patenteáveis na dissertação

O relatório do processo ou tecnologia e produto ou material não patenteáveis é parte da dissertação, podendo ser inserido na seção de resultados ou como apêndice. Caso inserido como resultados, os elementos pré-textuais e pós-textuais podem ser suprimidos. Contudo, nesses casos, esses elementos deverão ser criados para o envio do material final, após a defesa, ao PPGCan. Caso inserido como apêndice, deverá apresentar o modelo completo, incluindo todos os elementos estruturais do produto.

Quadro 13. Resumo do processo ou tecnologia e produto ou material não patenteáveis

QUADRO-RESUMO: PROCESSO OU TECNOLOGIA E PRODUTO OU MATERIAL NÃO PATENTEÁVEIS	
Instância do INCA responsável pela avaliação da proposta	Divisão de Ensino Stricto Sensu da Coordenação de Ensino para orientar quanto à aplicação de normas específicas para cada tipo de produto
Cadastro Sucupira	Tipo 21. Processo ou tecnologia e produto ou material não patenteáveis
Documentos Sucupira	Declaração emitida pela organização demandante ou cliente (se existir), declaração da AGI ou da instituição, documentos descrevendo o processo
Currículo Lattes	Se processo ou técnica: produções – produção técnica – processo ou técnica Em dados gerais: natureza – escolha entre analítica (sequência de atividades para coletar e transformar dados para análise), instrumental (sequência de atividades utilizando um ou mais instrumentos para a obtenção de um resultado), pedagógica (sequência de atividades voltadas para objetivos pedagógicos), processual (sequência de atividades voltadas para o processo judicial), terapêutica (sequência de atividades para obter resultados terapêuticos) e outra (todas as demais)

continua

continuação

Se produto ou material: produções – produção técnica – produtos
 Em dados gerais, em tipo, escolha: piloto (versão inicial do produto ou material), projeto (projeto descrevendo o produto ou material finalizado), protótipo (primeira versão do produto ou material, que ainda pode sofrer ajustes), outro
 Em dados gerais: natureza — aparelho (conjunto de peças que formam um todo, um produto com um objetivo), instrumento (objeto ou aparelho que executa algum trabalho ou é utilizado para observação ou medição), equipamento (conjunto de objetos ou instalações necessárias para o exercício de uma atividade ou função – conjunto de aparelhos), fármaco e similares (medicamento ou preparado farmacêutico), e outra (todos os demais)

Fonte: elaboração do INCA.

Legenda: AGI — Agência de Inovação.

Referências

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Produção Técnica**: grupo de trabalho. Brasília, DF: CAPES, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-producao-tecnica-pdf>. Acesso em: 19 mar. 2025.

FERNANDES, M. S.; FERNANDES, C. F.; GOLDIM, J. R. Autoria, direitos autorais e produção científica: aspectos éticos e legais. **Revista Clinical & Biomedical Research**, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 26-32, 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/hcpa/article/view/4412/2612>. Acesso em: 25 mar. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL. **Resolução nº 169, de 15 de Julho de 2016**. Institui as Diretrizes de Exame de Pedidos de Patente - Bloco II - Patenteabilidade. Rio de Janeiro: INPI, 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/patentes/legislacao/legislacao/bloco-ii-patenteabilidade-resolucao-169-2016.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2025.

SOUZA, C. J. de; SILVINO, Z. R.; SOUZA, D. F. Análise dos registros de patentes na enfermagem brasileira e sua relação com o mestrado profissional. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 41, p. 1-9, 2020. DOI 10.1590/1983-1447.2020.20190358.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As diretrizes apresentadas neste documento refletem o estado da arte do conhecimento existente no momento da sua elaboração. Nesse sentido, é importante que docentes e discentes, ao utilizarem essas diretrizes, busquem identificar se há alguma atualização de normativas e de avanços no conhecimento teórico que devam ser incorporadas na elaboração dos PTT elencados. A Comissão do PPGCan poderá a qualquer momento, sempre que se fizer necessário, solicitar atualizações dessas diretrizes, assim como emitir documentos complementares.

Ademais, com o intuito de auxiliar a comunidade acadêmica do PPGCan e de padronizar as apresentações física e eletrônica dos materiais produzidos, foram elaborados modelos para cada um dos tipos de PTT aceitos no Programa. Esses modelos estão disponíveis na secretaria acadêmica e podem ser solicitados pelos docentes e discentes por meio do e-mail institucional¹.

Por fim, espera-se que este documento possa ser amplamente utilizado e que o seu uso amplie a visibilidade, a abrangência e o impacto dos PTT produzidos no âmbito do PPGCan.

¹ E-mail institucional do PPGCan: ppgcan@inca.gov.br.

Fonte: Minion Pro, corpo 11.

Rio de Janeiro, 2025.

Conte-nos o que pensa
sobre esta publicação.



CLIQUE AQUI
e responda a pesquisa



Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde
bvsmms.saude.gov.br



MINISTÉRIO DA
SAÚDE

Governo
Federal